

Companhia Müller de Bebidas e Controladas

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2022
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Müller de Bebidas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia Müller de Bebidas e controladas (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Müller de Bebidas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Lucros à disposição da Assembleia

Chamamos atenção para a Nota explicativa nº 22 às demonstrações financeira individuais e consolidadas que menciona que há sentença em processo arbitral impetrado por acionistas da Companhia sobre a capitalização ou distribuição de saldo de lucros à disposição da Assembleia classificado em rubrica do patrimônio líquido e, que parte deste saldo foi capitalizado após revogação da liminar obtida por acionistas para suspensão da capitalização, pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 15 de setembro de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e com o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Foganholi Asam
Contador
CRC nº 1 SP 264889/O-0

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.....	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE E PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021	8
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	10
3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	29
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	30
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	30
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	30
7. ESTOQUES	31
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	32
9. ATIVOS BIOLÓGICOS.....	33
10. PRECATÓRIOS A RECEBER	35
11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	36
12. IMOBILIZADO.....	37
13. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO A PAGAR E PARCERIAS AGRÍCOLAS.....	41
14. INTANGÍVEL	42
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	43
16. FORNECEDORES.....	44
17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS.....	45

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	45
19. PARTES RELACIONADAS	45
20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS	48
21. INCENTIVOS FISCAIS	51
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52
23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS.....	56
24. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA	57
25. RESULTADO FINANCEIRO	58
26. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	58
27. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO	62
28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	62
29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	63
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO.....	63
31. COMPROMISSOS	67
32. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	68
33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	75

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21		explicativa	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	86.526	60.470	94.741	75.462	Empréstimos, financiamentos	15	4.099	2.912	25.549	18.477
Aplicações financeiras	5	34.299	16	34.299	16	Arrendamento a Pagar	13	4.006	2.905	13.157	9.327
Contas a receber de clientes	6	126.789	108.826	127.640	109.092	Fornecedores	16	62.063	36.860	116.639	73.133
Estoques	7	176.214	132.017	205.371	150.620	Obrigações sociais	17	18.585	17.858	20.644	19.796
Impostos e contribuições a recuperar	8	24.142	10.045	24.706	10.357	Obrigações fiscais	18	40.901	34.469	42.793	34.732
Ativos biológicos	9	-	-	63.749	63.178	Impostos parcelados		242		242	
Outras contas a receber		7.624	6.195	10.699	10.311	Partes relacionadas	19	14.085	40.527	14.085	40.527
Total do ativo circulante		455.594	317.569	561.205	419.036	Outras contas a pagar		9.979	11.504	10.552	11.863
						Total do passivo circulante		153.960	147.035	243.661	207.855
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos, financiamentos	15	10.811	4.534	96.948	53.514
Impostos e contribuições a recuperar	8	37.404	132.857	37.413	132.866	Arrendamento a Pagar	13	9.747	5.026	55.592	45.705
Depósitos judiciais	20	51.615	47.444	51.644	47.482	Obrigações fiscais	18	832	2.969	832	2.969
Partes relacionadas	19	10.189	13.616	414	9.483	Impostos parcelados		1.272		1.272	
Estoques	7		2		2	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	36.673	48.865	53.698	74.296
Precatórios a receber	10	29.121	27.830	29.121	27.830	Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	4.039	5.067	4.071	5.248
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	-	3.093	-	Otras contas a pagar		2.394	4.538	2.869	4.984
Outras contas a receber		2.615	2.488	4.119	3.898	Total do passivo não circulante		65.768	70.999	215.282	186.716
Investimentos em controladas	11	145.108	162.011	-	-						
Imobilizado	12	186.197	172.283	415.615	365.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Direito de uso de ativos	13	13.958	7.979	68.033	54.824	Capital social		380.377	269.865	380.377	269.865
Intangível	14	443	502	802	697	Ações em tesouraria		(1)	(1)	(1)	(1)
Total do ativo não circulante		476.650	567.012	610.254	642.082	Reserva para incentivos fiscais		10.291	8.192	10.291	8.192
						Ajuste de avaliação patrimonial		83.791	85.176	83.791	85.176
						Reservas de lucros		121.208	75.953	121.208	75.953
						Lucros à disposição da Assembleia	22	116.850	227.362	116.850	227.362
						Total do patrimônio líquido		712.516	666.547	712.516	666.547
TOTAL DO ATIVO		932.244	884.581	1.171.459	1.061.118	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		932.244	884.581	1.171.459	1.061.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	23	747.273	583.384	823.817	651.893
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	24	(479.867)	(377.966)	(534.716)	(424.792)
VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	9	-	-	(29.610)	10.846
LUCRO BRUTO		<u>267.406</u>	<u>205.418</u>	<u>259.491</u>	<u>237.947</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(16.903)	13.600	-	-
Com vendas	24	(129.193)	(102.199)	(129.193)	(102.199)
Gerais e administrativas	24	(60.883)	(67.432)	(67.531)	(73.094)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	<u>(576)</u>	<u>132.044</u>	<u>(924)</u>	<u>131.688</u>
		<u>(207.555)</u>	<u>(23.987)</u>	<u>(197.648)</u>	<u>(43.605)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>59.851</u>	<u>181.431</u>	<u>61.843</u>	<u>194.342</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	26.010	12.456	32.760	13.733
Despesas financeiras	25	<u>(6.089)</u>	<u>(2.029)</u>	<u>(23.336)</u>	<u>(9.198)</u>
		<u>19.921</u>	<u>10.427</u>	<u>9.424</u>	<u>4.535</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>79.772</u>	<u>191.858</u>	<u>71.267</u>	<u>198.877</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	26	(31.913)	(5.887)	(34.906)	(6.811)
Diferidos	26	<u>12.195</u>	<u>(18.385)</u>	<u>23.693</u>	<u>(24.480)</u>
		<u>(19.718)</u>	<u>(24.272)</u>	<u>(11.213)</u>	<u>(31.291)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>60.054</u>	<u>167.586</u>	<u>60.054</u>	<u>167.586</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$	27	<u>38,00</u>	<u>106,03</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	60.054	167.586	60.054	167.586
Outros resultados abrangentes				
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>60.054</u>	<u>167.586</u>	<u>60.054</u>	<u>167.586</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva para incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial da Companhia	Reservas de lucros em controladas	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Lucros à disposição da Assembleia	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		80.819	(1)	7.147	41.548	47.577	15.201	65.618	-	290.001	547.910
Capitalização de lucros acumulados	22.a	189.046	-	-	-	-	-	-	-	(189.046)	-
Realização do custo atribuído	22.c	-	-	-	(3.936)	(13)	-	-	3.949	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	1.045	-	-	-	-	(1.045)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	(65.618)	65.618	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	167.586	-	167.586
Destinação do lucro líquido:											-
Reserva legal	22.d	-	-	-	-	-	8.379	-	(8.379)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(40.528)	-	(40.528)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	52.373	(52.373)	-	-
Lucros à disposição da Assembleia	22.d	-	-	-	-	-	-	-	(134.828)	134.828	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		269.865	(1)	8.192	37.612	47.564	23.580	52.373	-	227.362	666.547
Capitalização de lucros acumulados	22.a	110.512	-	-	-	-	-	-	-	(110.512)	-
Realização do custo atribuído	22.c	-	-	-	(1.372)	(13)	-	-	1.385	-	-
Distribuição de dividendos com lucro de anos anteriores	22.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação em incentivos fiscais	22.b	-	-	2.099	-	-	-	-	(2.099)	-	-
Reversão da reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	(52.373)	52.373	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	60.054	-	60.054
Destinação do lucro líquido:											-
Reserva legal		-	-	-	-	-	3.002	-	(3.002)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	22.e	-	-	-	-	-	-	-	(14.085)	-	(14.085)
Reserva de retenção de lucros	22.d	-	-	-	-	-	-	94.626	(94.626)	-	-
Lucros à disposição da Assembleia	22.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		380.377	(1)	10.291	36.240	47.551	26.582	94.626	-	116.850	712.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		60.054	167.586	60.054	167.586
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido					
proveniente das atividades operacionais:					
Provisão para imposto de renda e contribuição social	26	19.718	24.272	11.213	31.291
Variação do valor justo dos ativos biológicos	9	-	-	29.610	(10.846)
Resultado de equivalência patrimonial	11	16.903	(13.600)	-	-
Depreciação e amortização de bens	24	26.435	23.578	41.969	30.497
Provisão para perdas no ativo	12	(1)	(86)	(28)	(113)
Complemento (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(2.616)	735	(2.616)	735
Complemento (reversão) de provisão para obsolescência dos estoques	7	(689)	610	(608)	463
Provisão para benefícios a funcionários	29	8.512	8.517	9.030	9.047
Provisão para perdas operacionais		942	(799)	942	(799)
Custo da venda dos ativos biológicos	9	-	-	63.887	43.255
Resultado na venda de bens		240	2.065	222	1.997
Baixa de arrendamento	13	-	-	(6.134)	(1.652)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários		(14.708)	(8.506)	(14.156)	(8.410)
Juros apropriados sobre passivos monetários		2.333	956	12.017	6.527
Complemento (reversão) de provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	(236)	(1.423)	(90)	(1.254)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental		-	-	32	49
Recuperação de crédito com acionistas		-	(8.327)	-	(8.327)
Ganho em recuperação de créditos tributários		-	(140.789)	-	(140.789)
		116.887	54.789	205.344	119.257
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber de clientes		(15.347)	(36.785)	(15.931)	(36.540)
Estoques		(43.507)	(23.617)	(54.339)	(30.239)
Impostos a recuperar	8	88.031	4.675	87.778	4.839
Depósitos judiciais		192	553	236	553
Ativos biológicos	9	-	-	(93.871)	(57.808)
Outras contas a receber		(1.801)	(2.077)	(855)	167
Fornecedores		25.204	4.294	43.507	21.433
Obrigações sociais		(7.786)	(6.199)	(8.182)	(6.358)
Obrigações fiscais		(9.216)	34.760	(9.027)	34.813
Outras contas a pagar		(5.400)	6.725	(5.516)	6.488
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		147.257	37.118	149.144	56.605
Juros pagos		(1.502)	(932)	(7.319)	(4.488)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20.282)	(19.812)	(21.836)	(20.718)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		125.473	16.374	119.989	31.399
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		(34.284)	(11)	(34.284)	132
Recebimento de dividendos de controlada		-	799	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado	12	(27.776)	(17.449)	(72.405)	(44.403)
Aquisição de intangível	14	(101)	(365)	(327)	(573)
Mútuo com partes elacionadas		(5.000)	(4.000)	-	-
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado		400	3.845	420	3.923
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(66.761)	(17.181)	(106.596)	(40.921)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos (pagamentos) de partes relacionadas, líquidos		2.310	8.814	2.310	8.814
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos		-	-	53.290	14.461
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	15	(3.059)	(1.640)	(16.794)	(15.046)
Pagamentos de passivos de arrendamento		(3.191)	(2.701)	(4.204)	(3.471)
Pagamentos de parcelamento de tributos		(134)	-	(134)	-
Pagamento de dividendos	22	(28.582)	(13.197)	(28.582)	(13.197)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento		(32.656)	(8.724)	5.886	(8.439)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		26.056	(9.531)	19.279	(17.961)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4	60.470	70.001	75.462	93.423
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	4	86.526	60.470	94.741	75.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Müller de Bebidas (“Companhia” ou “controladora”), sediada na cidade de Pirassununga, no estado de São Paulo, tem por atividade preponderante a fabricação e comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia, bem como a participação no capital social de outras sociedades, como sócio cotista ou acionista. A Companhia possui a unidade industrial (destilaria) localizada no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo (Destilaria Lageado), que produz sua principal matéria-prima; duas unidades para padronização e envasamento da cachaça e de outras bebidas alcoólicas, sendo uma localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo e a outra unidade no município de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco. A sua sede administrativa está localizada no município de Pirassununga, Estado São Paulo.

A produção de sua principal matéria-prima pela destilaria representa 98,6% (78,8% em 2021) do total de produto acabado envazado pela unidade localizada em Pirassununga. Do total da cana-de-açúcar processada por esta unidade, 61,7% (63,9% em 2021) foram adquiridos da controlada Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio LTDA. e da parte relacionada Condomínio Agropecuário Guilherme Müller Filho e Outros (“Condomínio GMFO”), este último pertencente a acionistas controladores.

A unidade de Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, tem por atividade preponderante a padronização, o engarrafamento e a comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, que representa, aproximadamente, 8,9% (8,2% em 2021) do total envasado consolidado, cuja matéria-prima é substancialmente adquirida com terceiros e conta com incentivo fiscal no âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 21.

Participação em controladas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui participação nas seguintes controladas:

Controladas	Participação - %
a) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda. (“Vale do Xingu”)	100
b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. (“Centro da Mata”)	100
a) A controlada Vale do Xingu é uma empresa individual de responsabilidade limitada, com sede no município de Porto Ferreira, Estado de São Paulo, e tem como atividades preponderantes: (i) plantio cana-de-açúcar em terras próprias e de terceiros para fornecimento à Destilaria Lageado, filial da Companhia; e (ii) exercer a atividade de prestação de serviços de corte de cana-de-açúcar para a Companhia, além de prestação de serviços de plantio e manutenção das lavouras para o Condomínio GMFO, também no Estado de São Paulo.	

b) Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda. ("Centro da Mata")

A controlada é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Fazenda Centro da Mata, no município de Nova Ubiratã, Estado do Mato Grosso.

Em 2014 teve início a cessação das operações pecuárias, realizadas no imóvel rural denominado fazenda Centro da Mata, até então explorada pela cindida Vale do Xingu (cisão realizada em julho de 2014) e a do projeto de exploração da atividades de grãos, aprovado pelo Conselho de Administração e em Assembleia Geral Extraordinária da Controladora, ocorrida em 31 de janeiro de 2014 e cronograma de implementação e flexibilização do projeto, aprovado em reunião do Conselho de Administração da Controladora, realizada em 28 de maio de 2015.

Em reunião do Conselho de Administração da Controladora, ocorrida em 29 de novembro de 2018, em complemento ao projeto de grãos, foi aprovada a implantação de um sistema de irrigação por aspersão, cujo investimento estimado é de R\$24.000 e as obras tiveram início em 2019 com previsão de término em 2024.

O projeto prevê que o fluxo de caixa da atividade agrícola será superavitário na medida em que a maturação do solo se consolida, resultando em produtividades crescentes. Estima-se um período de cinco anos, a partir da primeira safra, para que se alcance esse patamar. Em 2019, foram concluídos os trabalhos de limpeza e preparo de solo da área destinada ao projeto (8.968 ha), bem como a cessação da pecuária, tendo sido totalmente eliminada as pastagens e as instalações pecuárias.

Em 2022 foi realizado plantio de soja, em uma área de 8.670ha (2021 – 8.531 ha), cuja colheita está prevista para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2023. No decorrer de 2022, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 3.028 ha (2021 – 2.057 ha), (ii) algodão em uma área de 30 ha (2021 - 29 ha); (iii) feijão em uma área de 658 ha (2021 - 790 ha), cujas colheitas foram realizadas em 2022, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Bases de elaboração moeda de apresentação e funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo da contrapartida paga em troca de um ativo e é apresentado em reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milharmas próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é como segue:

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras designadas pela Administração na contratação como disponíveis para negociação. As aplicações financeiras possuem prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é determinado levando-se em consideração estas serem prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O cálculo do valor justo dessas aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando-se em consideração as cotações ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por cotas de fundos de investimento, com vencimento acima de 90 dias a partir da data de aplicação. Estão classificadas de acordo com a intenção de sua realização como investimentos pela Administração da Companhia. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Controladora e de suas controladas quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Classificação de ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.

- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- A Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar variações subsequentes no valor justo de um investimento em instrumentos patrimoniais em outros resultados abrangentes se determinados critérios forem cumpridos (ver item (iii) abaixo).
- A Companhia pode designar irrevogavelmente um investimento em instrumentos da dívida que atenda aos critérios de custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como mensurado ao valor justo por meio do resultado se ao fazer isso a Companhia eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil.

(i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial. O cálculo não reverte a base bruta mesmo que o risco de crédito do ativo financeiro melhore subsequentemente de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras – receita de juros” (nota explicativa nº 25).

(ii) Instrumentos da dívida classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os títulos corporativos mantidos pela Companhia são classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os títulos corporativos são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, as variações no valor contábil desses títulos corporativos decorrentes de ganhos ou perdas cambiais (vide abaixo), ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável (vide abaixo), e receita de juros calculada usando o método da taxa de juros efetiva (vide item (i) acima) são reconhecidas no resultado. Reconhecidos no resultado correspondem aos valores que teriam sido reconhecidos no resultado se esses títulos corporativos tivessem sido mensurados ao custo amortizado. Todas as outras variações no valor contábil desses títulos corporativos são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas na reserva de reavaliação de investimentos. Quando esses títulos corporativos são baixados, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iii) Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

No reconhecimento inicial, a Companhia pode fazer a opção irrevogável (instrumento a instrumento) de designar investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A designação ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é permitida se o investimento em instrumentos patrimoniais for mantido para negociação ou se for uma contraprestação contingente reconhecida por um comprador em uma combinação de negócios. Um ativo financeiro é mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

- For um derivativo (exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo).

Os investimentos em instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente mensurados ao valor justo acrescidos dos custos da transação. Subsequentemente, eles são mensurados ao valor justo com os ganhos e as perdas decorrentes de variações no valor justo reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados na reserva de reavaliação de investimentos. Os ganhos ou perdas acumuladas não serão reclassificados para o resultado na alienação dos investimentos em instrumentos patrimoniais; pelo contrário, eles serão transferidos para lucros acumulados. Os dividendos sobre esses investimentos em instrumentos patrimoniais são reconhecidos no resultado de acordo com a CPC 48, a menos que os dividendos claramente representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são incluídos na conta “Receitas financeiras - Outras”.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (ver itens (i) a (ii) acima) são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Especificamente:

- Os investimentos em instrumentos patrimoniais são classificados ao valor justo por meio do resultado, a menos que a Companhia designe um investimento em instrumentos patrimoniais que não seja mantido para negociação nem seja uma contraprestação contingente decorrente de uma combinação de negócios ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes no reconhecimento inicial (vide item (iii) acima).
- Os instrumentos da dívida que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide itens (i) e (ii) acima) são classificados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, os instrumentos da dívida que atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes podem ser designados ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (designada “descasamento contábil”) que surgiria da mensuração dos ativos e passivos ou do reconhecimento dos ganhos e perdas sobre esses ativos e passivos em bases diferentes. A Companhia não designou nenhum instrumento da dívida ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada

Ganho ou perda de variação cambial:

O valor contábil dos ativos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no final de cada período de relatório. Especificamente:

- Para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado que não fazem parte de uma relação de hedge designada, as variações cambiais são reconhecidas no resultado na rubrica “Resultado Financeiro”.
- Para instrumentos da dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes que não fazem parte de uma relação de hedge designada, as variações cambiais sobre o custo amortizado do instrumento da dívida são reconhecidas no resultado na rubrica “Resultado Financeiro”. Outras variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes na reserva de reavaliação de investimentos.
- Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado que não fazem parte de uma relação de hedge designada, as variações cambiais são reconhecidas no resultado na rubrica “Resultado Financeiro”.
- Para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes na reserva de reavaliação de investimentos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira, se for o caso. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. A Companhia sempre reconhece a PCE (perdas de crédito esperadas) durante a vida útil para contas a receber e ativos de contrato. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável.

(v) Aumento significativo no risco de crédito

Ao avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a Companhia compara o risco de inadimplência do instrumento financeiro na data de relatório com o risco de inadimplência do instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial. Ao realizar essa avaliação, a Companhia considera tanto as informações quantitativas quanto as informações qualitativas que sejam razoáveis e sustentáveis, incluindo as informações sobre a experiência histórica e as informações acerca do futuro disponíveis sem custo ou esforço indevido.

As informações acerca do futuro levadas em consideração incluem as perspectivas futuras dos setores nos quais os devedores da Companhia operam, obtidas através de relatórios de especialistas econômicos, analistas financeiros, órgãos governamentais, “think-tanks” importantes e outras organizações similares, bem como várias fontes externas de informações econômicas reais e projetadas que correspondem às operações da Companhia. Em particular, as informações a seguir são levadas em consideração ao avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial:

- Deterioração significativa real ou esperada na classificação de risco interna ou externa (se disponível) do instrumento financeiro.
- Deterioração significativa nos indicadores do mercado externo do risco de crédito para um instrumento financeiro em particular, por exemplo, aumento significativo no spread de crédito, nos preços do “credit default swap” para o devedor, ou no prazo ou na extensão com base na qual o valor justo de um ativo financeiro é inferior ao seu custo amortizado.
- Mudanças adversas existentes ou projetadas nos negócios e nas condições financeiras ou econômicas que devem causar uma redução significativa na capacidade do devedor em cumprir suas obrigações da dívida.
- Deterioração real ou esperada nos resultados operacionais do devedor.
- Aumento significativo no risco de crédito de outros instrumentos financeiros do mesmo devedor.
- Mudança adversa significativa real ou esperada no ambiente regulatório, econômico ou tecnológico do devedor que resulta em uma redução significativa na capacidade do devedor de cumprir suas obrigações da dívida. Independentemente do resultado da avaliação acima, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias, a menos que a Companhia tenha informações razoáveis e sustentáveis que demonstrem o contrário.

Apesar do disposto acima, a Companhia assume que o risco de crédito de um instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial se o instrumento financeiro tiver risco de crédito baixo na data de relatório. Um instrumento financeiro é considerado como tendo risco de crédito baixo se:

- (1) O instrumento financeiro tiver um risco de inadimplência baixo.
- (2) O devedor apresentar forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxos de caixa contratuais no curto prazo.
- (3) Mudanças adversas nas condições econômicas e de negócios no longo prazo puderem reduzir, mas não necessariamente reduzem, a capacidade do devedor de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratuais.

A Companhia considera um ativo financeiro como tendo um risco de crédito baixo quando ele possui classificação de crédito externa de “grau de investimento” conforme definido mundialmente, ou se a classificação de crédito externa não estiver disponível, o ativo possui uma classificação de crédito interna de “adimplente”. Adimplente significa que a contraparte tem posição financeira sólida e não há valores devidos.

Para contratos de garantia financeira, a data em que a Companhia se torna parte do compromisso irrevogável é considerada como a data de reconhecimento inicial para fins de avaliação do instrumento financeiro para redução ao valor recuperável. Ao avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de contratos de garantia financeira, a Companhia considera as mudanças no risco de que o devedor específico irá descumprir o contrato. A Companhia monitora regularmente a eficácia dos critérios usados para identificar se houve um aumento significativo no risco de crédito e os revisa conforme adequado para garantir que os critérios consigam identificar um aumento significativo no risco de crédito antes que o valor se torne vencido.

- (vi) Definição de inadimplência a Companhia considera as condições a seguir como parte de um evento de inadimplência para fins de gestão do risco de crédito interno uma vez que a experiência histórica indica que os ativos financeiros que atendem a um dos critérios a seguir são em geral não recuperáveis:
- Quando houver descumprimento das obrigações (covenants) financeiras pelo devedor.
 - As informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que o devedor não irá pagar integralmente seus credores, incluindo a Companhia (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pela Companhia). Independentemente da análise acima, a Companhia considera que a inadimplência ocorre quando um ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias, a menos que a Companhia tenha informações razoáveis e sustentáveis que demonstrem que um critério de inadimplência mais abrangente seja mais adequado.
- (vii) Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:
- (a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor.
 - (b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento passado.
 - (c) O(s) credor(es) do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concedeu ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma.
 - (d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira.
 - (e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

(viii) Política de baixa

A Companhia baixa um ativo financeiro quando há informações que indicam que o devedor está com graves problemas financeiros e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor está em liquidação ou declarou falência, ou, no caso de contas a receber, quando os valores estão vencidos há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos a atividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação da Companhia, levando em consideração a opinião legal quando adequado. Qualquer valor recuperado é reconhecido no resultado.

2.4.1. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. Adicionalmente, na baixa de um investimento em um instrumento da dívida classificado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda acumulada anteriormente acumulada na reserva de reavaliação de investimentos é reclassificado para o resultado. Por outro lado, na baixa de um investimento em um instrumento patrimonial que a Companhia optou no reconhecimento inicial por mensurar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou perda acumulado anteriormente acumulado na reserva de reavaliação de investimentos não é reclassificado para o resultado, mas é transferido para lucros acumulados.

2.4.2. Classificação como dívida ou patrimônio líquido

Os instrumentos da dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial.

2.4.3. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido, principalmente, para fins de recompra no curto prazo.
- No reconhecimento inicial for parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e tem um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

- For um derivativo, exceto por derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de hedge designado e efetivo. O passivo financeiro, exceto pelo passivo financeiro mantido para negociação ou contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado mediante reconhecimento inicial se:
 - Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que surgiria de outra forma.
 - O passivo financeiro fizer parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros, ou ambos, que seja administrado e cujo desempenho seja avaliado com base no seu valor justo, de acordo com a gestão de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas internamente nessa base.
 - O passivo financeiro fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a CPC 48 permitir que o contrato combinado como um todo seja designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não fazem parte de uma relação de hedge designada. O ganho ou perda líquido reconhecido no resultado incorpora quaisquer juros pagos sobre os passivos financeiros e é incluído na rubrica “Resultado Financeiro” no resultado.

Porém, para passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado, o valor das variações no valor justo do passivo financeiro atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em outros resultados abrangentes resultasse no ou aumentasse o descasamento contábil no resultado.

O valor remanescente da variação no valor justo do passivo é reconhecido no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito do passivo financeiro reconhecidas em outros resultados abrangentes não são subsequentemente reclassificadas para o resultado; pelo contrário, elas são transferidas para lucros acumulados quando o passivo financeiro é baixado. Os ganhos ou as perdas resultantes de contratos de garantia financeira emitidos e designados pela Companhia ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todas os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

2.4.4. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica “Resultado Financeiro” no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada. Para aqueles designados como instrumento de hedge para proteção contra o risco de câmbio, os ganhos e as perdas de variação cambial são reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados em um componente separado do patrimônio. O valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

2.4.5. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. Quando a Companhia permuta com o credor existente um instrumento da dívida por outro com termos e condições substancialmente diferentes, essa permuta é contabilizada como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo financeiro. Igualmente, A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. Os termos e as condições são considerados substancialmente diferentes se o valor presente descontado dos fluxos de caixa de acordo com os novos termos e condições, incluindo eventuais honorários pagos líquidos dos honorários recebidos e descontados usando a taxa original efetiva, for pelo menos 10% diferente do valor presente descontado dos fluxos de caixa remanescente do passivo financeiro original. Se a modificação não for substancial, a diferença entre: (1) o valor contábil do passivo antes da modificação; e (2) o valor presente dos fluxos de caixa após a modificação é reconhecido no resultado como ganho ou perda de modificação em “Resultado Financeiro”.

2.5. Estoques

Mensurados pelo custo das compras, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e valor justo dos ativos biológicos na data da colheita, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Quando aplicável, é constituída provisão para perdas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques.

2.6. Ativos biológicos

Correspondem à plantação de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu e soja, milho e outras culturas pela controlada Centro da Mata. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzido dos custos necessários para colocar o produto em condição de venda, exceto em relação às plantas portadoras, as quais são mensuradas pelo custo de formação dos canaviais, deduzido de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. A amortização das plantas portadoras é reconhecida com base na vida útil estimada para exaustão dos canaviais.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 9.

A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pelas suas controladas, sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrem na rubrica “Variação do valor justo dos ativos biológicos”, na demonstração do resultado. O aumento ou a diminuição no valor justo é determinado pela variação entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício avaliado.

2.7. Investimentos em controladas

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base nos balanços levantados pelas controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras da Companhia.

2.8. Imobilizado

Compreende substancialmente terrenos, edificações e benfeitorias, reservatórios, tanques e tonéis e as máquinas e equipamentos do processo produtivo. Demonstrado ao valor de custo atribuído em 1º de janeiro de 2009, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso; os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente no resultado.

As depreciações são calculadas considerando os seguintes anos como vida útil-econômica estimada dos bens:

	Vida útil em anos
Edificações	10 a 50
Benfeitorias	3 a 50
Máquinas, equipamentos e instalações	2 a 20
Máquinas e implementos agrícolas	4 a 25
Reservatórios, toneis e tanques	3 a 72
Contentores e recipientes	7 a 19
Vasilhames de vidro	3
Equipamentos de informática	5 a 8
Canaviais	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no fim de cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, na demonstração do resultado.

2.9. Intangível

Representado pelas licenças de software adquiridas, as quais são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.10. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos de vida longa para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com o montante recuperável de um ativo individualmente, e a Companhia e suas controladas calcularão o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente puder ser identificada, os ativos corporativos também serão alocados a cada unidade geradora de caixa ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa, podendo uma base de alocação razoável e consistente ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos a incorrer pela venda ou pelo uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo, para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou uma unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, este (ou a unidade geradora de caixa) será reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a nova estimativa de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores. A reversão da perda é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, na Controladora não houve necessidade de constituição de provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável, exceto pela provisão sobre as edificações e benfeitorias e instalações pecuárias, conforme mencionado na nota explicativa nº 7, da controlada Centro da Mata, referente a cessação das atividades pecuárias, no valor residual de R\$82 mil (R\$109 em 2021).

2.11. Custos dos empréstimos e financiamentos

Os custos de financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de custo, deduzidos de provisões para ajuste ao valor de realização (ativos), e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos). Os direitos e as obrigações sujeitos à variação monetária são atualizados até o fim de cada exercício, assim como os ativos e passivos contratados em moeda estrangeira, quando existentes, são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio em vigor naquela data. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício.

2.13. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício apresentado, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando a Administração da Companhia e de suas controladas espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, esse ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, se necessária, é registrada de acordo com a avaliação de riscos (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas e por seus assessores jurídicos, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

A provisão para restauração ambiental, constituída na controlada Vale do Xingu, foi mensurada pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

O resultado do imposto de renda e da contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Correntes

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal pelas diferenças temporárias e efeito dos incentivos fiscais comentados na nota explicativa nº 1, calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, o que exceder a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos pelo saldo líquido sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis no ativo ou passivo não circulante, conforme aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados somente na proporção em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos das controladas são apresentados separadamente no ativo ou no passivo não circulante, de acordo com sua origem.

2.15. Reconhecimento de receitas

A Companhia e suas controladas reconhecem receita das principais fontes de receita a seguir:

Companhia Muller de Bebidas:

- Comercialização de cachaça e de outras bebidas alcoólicas, cujas marcas são de propriedade da Companhia.

Vale do Xingu Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda.:

- Comercialização de cana-de-açúcar, de serviços de mão de obra rural e serviços mecanizados no processo de corte de cana-de-açúcar, bem como para o plantio e tratamentos culturais da lavoura canavieira.

Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda.:

- Comercialização de soja, milho, feijão e outros.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita de venda de produtos ou serviços quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida ao adquirente ou efetivamente presta o serviço ao cliente. Revisam periodicamente suas perdas históricas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis.

2.16. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

2.17. Incentivo fiscal

A Companhia para as operações realizadas pela sua filial estabelecida no Estado de Pernambuco, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE, conta com incentivo fiscal de âmbito estadual, conforme comentado na nota explicativa nº 21.

A receita decorrente de incentivo fiscal de redução de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS é reconhecida quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo órgão governamental concedente e de que será auferida.

É registrado como receita no resultado do exercício, observando-se o regime de competência relacionado com as correspondentes despesas incorridas com esses tributos, e, posteriormente, são destinados para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, no patrimônio líquido. Consequentemente, a demonstração do resultado do exercício apresenta o encargo dos tributos, líquido dos efeitos dos correspondentes incentivos.

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia e de suas controladas e, quando aplicável, no que for estabelecido em acordo de acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, estabelecido no estatuto social da Companhia ou na legislação societária, somente é provisionado quando e se aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.19. Resultado básico e diluído por ação

Básico: calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o exercício.

Diluído: calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias potenciais diluidores em circulação durante o exercício.

2.20. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer da Administração da Companhia e de suas controladas o uso de estimativas, julgamentos e pressuposições para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados efetivos dessas transações e informações, quando de sua realização, podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que ocorreu a revisão e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticas referentes às políticas contábeis adotadas que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referem-se a:

- a) Provisão para perda esperada, conforme nota explicativa nº 6.
- b) Provisão para perda na realização dos estoques, conforme nota explicativa nº 7.
- c) Valor justo dos ativos biológicos, conforme nota explicativa nº 9.
- d) “Impairment” de itens do ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 12.
- e) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, conforme nota explicativa nº 20.
- f) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, conforme nota explicativa nº 26.

2.21. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. Reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento e parceria agrícola nos quais a Companhia e suas controladas sejam o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como tablets e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, usam sua taxa incremental de captação.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco do Grupo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;

- Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

Remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que a Companhia e suas controladas assumirem uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que o Grupo espera exercer uma opção de compra de ações, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

A Companhia e suas controladas aplicam a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados na rubrica “Outras despesas” no resultado (ver nota explicativa nº 24).

Como expediente prático, a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) permite que o arrendatário não separe componentes de não arrendamento e, em vez disso, contabilize qualquer arrendamento e correspondentes componentes de não arrendamento como um contrato único. O Grupo não usou esse expediente prático. Para contratos que contenham um componente de arrendamento e um ou mais arrendamentos adicionais ou componentes de não arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base no respectivo preço individual do componente de arrendamento e preço individual total dos componentes de não arrendamento. Os cálculos estão detalhados na nota explicativa nº 13.

2.22. Receitas e despesas financeiras

A receita e despesas de juros e atualizações monetárias são reconhecidas no resultado pelo método efetivo.

2.23. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação, plano de previdência privada e participação nos resultados.

A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência e cessa no término do vínculo empregatício.

2.24. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17/CPC 50 (inclui as alterações de junho de 2020 e dezembro de 2021)	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) e IFRS Declaração da Prática 2	Divulgação de Políticas Contábeis

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 8/CPC 23	Definição de Estimativas Contábeis
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros.

3. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas indicadas a seguir, assim definidas porque a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais dessas empresas para auferir benefícios de suas atividades.

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no fim do exercício:

	Vale do Xingu		Centro da Mata	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante	20.494	28.139	85.158	80.220
Ativo não circulante	107.574	82.723	180.913	158.491
Ativo total	<u>128.068</u>	<u>110.862</u>	<u>266.071</u>	<u>238.711</u>
Passivo circulante	17.069	21.234	72.673	46.478
Passivo não circulante	66.603	42.651	92.686	77.199
Patrimônio líquido	44.396	46.977	100.712	115.034
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>128.068</u>	<u>110.862</u>	<u>266.071</u>	<u>238.711</u>
Receita líquida de vendas	31.884	14.552	72.697	63.862
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(20.847)	(11.636)	(62.134)	(45.188)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	(11.932)	5.135	(17.678)	5.711
Despesas operacionais	(71)	(144)	(6.830)	(5.781)
Resultado financeiro	(2.778)	(438)	(7.719)	(5.454)
Imposto de renda e contribuição social	1.163	(2.521)	7.342	(4.498)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(2.581)</u>	<u>4.948</u>	<u>(14.322)</u>	<u>8.652</u>

Na consolidação, foram eliminados os saldos e as transações entre as empresas por meio dos seguintes principais procedimentos: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e (e) cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e bancos	4.468	944	6.359	1.368
Aplicações financeiras:				
Certificados de depósitos bancários	82.058	59.526	88.382	74.094
Total	<u>86.526</u>	<u>60.470</u>	<u>94.741</u>	<u>75.462</u>

A Companhia e suas controladas têm mantido suas aplicações financeiras em instituições bancárias de baixo risco, as quais a Administração entende que sejam de primeira linha, de acordo com o “rating” divulgado pelas agências de risco. As aplicações financeiras estão representadas por certificados de depósito bancário - CDBs, remuneradas a taxa média de 104,4% (103,39% em 2021) da variação do CDI.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fundos de investimento	34.299	16	34.299	16
Total	<u>34.299</u>	<u>16</u>	<u>34.299</u>	<u>16</u>

As aplicações financeiras estão representadas por cotas de fundos de investimentos compostos principalmente por títulos privados remunerados a taxa média de 105,1% do CDI (em 2021 116%).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
No mercado interno	132.435	107.672	133.286	107.938
No mercado externo	3.193	7.377	3.193	7.377
Provisão para perda esperada	(8.839)	(6.223)	(8.839)	(6.223)
Total	<u>126.789</u>	<u>108.826</u>	<u>127.640</u>	<u>109.092</u>

Não há valores de contas a receber dados em garantia. O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes, na controladora e no consolidado, corresponde a aproximadamente 35 dias em 2022 (30 dias em 2021). Em virtude do rápido giro das contas a receber e da irrelevância dos valores envolvidos, não foi registrado ajuste a valor presente sobre as contas a receber de clientes.

A Companhia e suas controladas possuem normas para o monitoramento da concessão de créditos e supervisionam o risco de não recebimento de valores decorrentes de operações de venda. A provisão para perda esperada é constituída com base na análise das contas a receber de clientes em aberto e do histórico de recebimento da Companhia e de suas controladas, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto.

O saldo a receber está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
A vencer	120.374	107.487	121.225	107.753
Vencidas até 90 dias	6.520	1.747	6.520	1.747
Vencidas de 91 a 180 dias	1640	186	1.640	186
Vencidas há mais de 180 dias	7.094	5.629	7.094	5.629
Total das contas vencidas	15.254	7.562	15.254	7.562
Total das contas a receber de clientes	135.628	115.049	136.479	115.315

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Em 1º de janeiro	6.223	5.822	6.223	5.822
Constituição (reversão) de provisão	2.616	735	2.616	735
Baixas como incobráveis	-	(334)	-	(334)
Em 31 de dezembro	8.839	6.223	8.839	6.223

A provisão para perda esperada é registrada na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, no resultado do exercício. Os valores provisionados são baixados quando todos os esforços de cobrança foram esgotados e não existe expectativa de recuperação dos valores a receber.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Produtos acabados (*)	20.684	8.962	20.944	9.192
Produtos em elaboração	21.815	19.497	21.815	19.497
Matérias-primas	88.943	65.469	116.815	89.977
Materiais para acondicionamento e embalagem	24.290	17.616	24.290	17.616
Materiais de almoxarifado e outros	15.066	12.036	16.343	12.871
Adiantamentos para fornecimento de cana-de-açúcar (**)	8.230	11.942	8.230	5.143
Provisão para obsolescência	(2.814)	(3.503)	(3.066)	(3.674)
Total	176.214	132.019	205.371	150.622
Circulante	176.214	132.017	205.371	150.620
Não circulante	-	2	-	2
Total	176.214	132.019	205.371	150.622

(*) O aumento apresentado refere-se, basicamente, aos produtos Cachaça 51 e 51 Ice, em virtude de programação de manutenção preventiva das linhas de produção no início de janeiro de 2023.

(**) Refere-se a adiantamentos concedidos para fornecedores que serão realizados mediante entrega de cana-de-açúcar. A parcela de adiantamentos a ser realizada em período superior a 12 meses está registrada no ativo não circulante.

Não há estoques da Companhia e de suas controladas oferecidos em garantia. Foi constituída provisão para obsolescência de estoques, cuja utilização ou comercialização é considerada incerta. A movimentação na provisão é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Em 1º de janeiro	3.503	2.893	3.674	3.210
Constituição/ (reversão) de provisão	(689)	610	(608)	463
Em 31 de dezembro	<u>2.814</u>	<u>3.503</u>	<u>3.066</u>	<u>3.673</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	3.844	3.162	3.961	3.162
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (*)	45.344	119.073	45.639	119.333
Imposto sobre Produto Industrializado - IPI (**)	5.708	6.467	5.708	6.467
Imposto de renda e contribuição social (***)	6.600	14.187	6.752	14.239
Outros Impostos a Recuperar	50	13	59	22
Total	<u>61.546</u>	<u>142.902</u>	<u>62.119</u>	<u>143.223</u>
Circulante	24.142	10.045	24.706	10.357
Não circulante	37.404	132.857	37.413	132.866
Total	<u>61.546</u>	<u>142.902</u>	<u>62.119</u>	<u>143.223</u>

(*) Do total de R\$45.344 (R\$119.073 em 2021) o valor de R\$45.210 (R\$118.980 em 2021) refere-se a crédito das contribuições ao PIS e a COFINS decorrente da exclusão Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS de suas bases de cálculo sendo: (i) R\$16.498 (R\$91.718 em 2021) saldo remanescente do indébito apurado, em virtude do trânsito em julgado, ocorrido em setembro de 2021, da ação impetrada pela Companhia contemplando os fatos geradores ocorridos no período de março de 2002 a dezembro de 2015. Em 2022 foi efetuado a compensação parcial desse indébito devidamente atualizado no montante de R\$79.276. (ii) R\$28.712 (R\$27.262 em 2021), relativo a ação judicial impetrada pela incorporada CMBNE, ainda não transitada em julgado, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de abril de 2002 a dezembro de 2015, registrados em virtude de decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, em julgamento com repercussão geral no dia 13 de maio de 2021, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. Neste caso, o crédito será compensado, tão logo ocorra o trânsito em julgado e na sequência a homologação do pleito de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil. Em 2021, também transitou em julgado a medida judicial impetrada pela Companhia, cujo crédito no valor atualizado de R\$13.593, contemplava os fatos geradores ocorridos no período de janeiro de 2015 a junho de 2017 e foi integralmente compensado em outubro de 2021.

- (**) O valor de R\$5.708 (R\$5.253 em 2021) refere-se a Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, apurado em virtude do trânsito em julgado, ocorrido em dezembro de 2021, de medida judicial impetrada pela Companhia, em que discutia o direito de excluir de sua base de cálculo o valor relativo ao frete das operações de venda CIF, contemplando os fatos geradores ocorridos no período de junho de 2016 a dezembro de 2021.

Esses indébitos, apurados em 2021, foram registrados no resultado sob as rubricas de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” no valor de R\$127.255, que contempla créditos tributários atualizados, líquidos dos honorários de êxito e da incidência de PIS/COFINS sobre o valor das atualizações, e no “Resultado Financeiro” o valor de R\$2.736, referente atualização dos mesmos incorridas no exercício de 2021 líquida de PIS/COFINS.

- (***) Do total R\$6.600 (R\$14.187 em 2021) o valor refere-se (i) R\$6.570 (R\$5.912 em 2021) indébito de IRPJ e CSLL apurados em decorrência da exclusão dos juros Selic de suas bases de cálculo de período anterior, conforme mencionado na nota explicativa nº 26 e (ii) em 2021 R\$8.257 a saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL apurado em 2021, integralmente compensados em 2022.

9. ATIVOS BIOLÓGICOS

Os ativos biológicos de suas controladas compreendem: (a) cultivo de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu para abastecimento de matéria-prima na produção de aguardente da Companhia e (b) cultivo de soja, milho, algodão, feijão e mamona pela controlada Centro da Mata.

a) Composição dos saldos

	Consolidado			
	31.12.22		31.12.21	
	Área	Valor	Área	Valor
Lavoura de cana-de-açúcar (hectares-ha)	4.070	12.012	2.869	12.764
Lavoura de soja (hectares - ha) (i)	8.670	51.737	8.531	50.414
Lavoura de milho (hectares- ha) (ii)	-	-	-	-
Lavoura de feijão (hectares- ha) (ii)	-	-	-	-
Lavoura de algodão (hectares- ha) (iii)	-	-	-	-
Total dos ativos biológicos		<u>63.749</u>		<u>63.178</u>
Ativo circulante		<u>63.749</u>		<u>63.178</u>
Total dos ativos biológicos		<u>63.749</u>		<u>63.178</u>

b) Movimentação dos saldos

	Consolidado					
	Cana-de-açúcar	Soja	Milho	Lavoura de feijão	Demais lavouras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.163	34.821	6	-	19	38.009
Variações no valor justo	5.135	5.993	-	(293)	11	10.846
Gastos com plantio	9.252	37.870	5.431	4.320	935	57.808
Custo de vendas	(4.786)	(28.270)	(5.437)	(3.797)	(965)	(43.255)
Produtos colhidos e transferidos para os estoques				(230)		(230)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>12.764</u>	<u>50.414</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>63.178</u>

	Consolidado					
	Cana-de-açúcar	Soja	Milho	Lavoura de feijão	Demais lavouras	Total
Variações no valor justo	(11.932)	(17.481)	-	(53)	(144)	(29.610)
Gastos com plantio	21.821	55.136	11.014	5.545	355	93.871
Custo de vendas	(10.641)	(36.332)	(11.014)	(5.545)	(355)	(63.887)
Produtos colhidos e transferidos para os estoques	-	-	-	53	144	197
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.012	51.737	-	-	-	63.749

Em 31 de dezembro de 2022, a controlada Vale do Xingu possui 4.070 ha (2.869 ha em 2021) de cana-de-açúcar plantada sendo: (i) 491 ha (491 ha em 2021) em terras próprias; e (ii) 3.579 ha (2.378 ha em 2021) em terras de terceiros, a qual, quando colhida, será integralmente vendida à controladora, que a utilizará como matéria-prima na produção de cachaça. Esse ativo está avaliado pelo valor justo, menos as despesas de vendas.

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo biológico da controlada Centro da Mata é composto pela lavoura de soja, cultivada em 8.670 ha (2021 – 8.531 ha), com colheita prevista para os meses de janeiro a março de 2023, foi também realizado o plantio das seguintes culturas: (i) milho em uma área de 3.028 ha (2021 – 2.057 ha), (ii) algodão em uma área de 30 ha (2021 - 29 há); (iii) feijão em uma área de 658 ha (2020 - 790 há), cujas colheitas foram realizadas em 2022.

c) Determinação do valor justo

O valor justo é determinado no reconhecimento inicial do ativo biológico e remensurado na data-base das demonstrações financeiras. O ganho ou a perda na variação do valor justo em cada exercício é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos na formação até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na demonstração do resultado.

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo, menos as despesas de venda, aproxima-se do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

O valor justo dos ativos biológicos é formado substancialmente pela cultura de soja e cana-de-açúcar e abaixo apresentamos as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dessas culturas:

Lavoura de cana-de-açúcar

Em virtude da inexistência de mercado ativo para lavouras em formação, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da cana-de-açúcar:

	31.12.22	31.12.21
Área estimada de colheita (ha)	4.070	2.869
Produtividade prevista (t/ha) (i)	82	70,89
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg)	120	120
Preço médio projetado de ATR, a valor presente (R\$) (ii)	1,15	1,09
Taxa de desconto (iii)	9,84%	8,88%

- (i) A produtividade é calculada com base em dados históricos, por talhão de plantação, em que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima, etc.
- (ii) Os preços do Açúcar Total Recuperável - ATR são determinados com base na projeção dos preços futuros do açúcar negociado em bolsa de valores, conforme publicação da Bolsa de Valores de Nova York e estimativas do preço futuro do etanol.
- (iii) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital, calculado com base na taxa de risco e no perfil de endividamento do setor sucroenergético no Brasil.

A cultura de cana-de-açúcar é iniciada pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a planta portadora ou raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco safras. A planta portadora da cana-de-açúcar - soqueira é classificada como ativo imobilizado pelo custo de formação, e o ativo biológico consumível representado pela cana-de-açúcar a ser colhida ("cana em pé") está mensurado ao valor justo e classificado no ativo circulante.

Lavoura de soja

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo da lavoura de soja:

	2022	2021
Área total estimada da colheita (ha)	8.670	8.531
Produtividade prevista (sc/ha) (i)	57,00	56,60
Preço médio (em reais / sc)	147,14	134,63
Taxa de desconto (ii)	9,84%	8,88%
Previsão de início da colheita (iii)	janeiro	janeiro

- (i) A produtividade é calculada com base em dados históricos, por talhão de plantação, em que cada um possui uma especificidade em relação a solo, material genético, clima, etc.
- (ii) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, calculado com base na taxa de risco e o perfil de endividamento do setor no Brasil.
- (iii) O período de cultivo previsto é de aproximadamente quatro meses e de colheita, de três meses, com início em janeiro de 2023.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração no fim de cada exercício e são revisados anualmente por ocasião de sua preparação e, se necessário, ajustados, caracterizando, portanto, mensuração de valor justo de nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

10. PRECATÓRIOS A RECEBER

Em novembro de 2020, foi expedido precatório, decorrente de crédito apurado pelo do trânsito em julgado, certificado em maio de 2020, da ação judicial que discutiu a inconstitucionalidade da taxa de ressarcimento de custos de selo de controle de IPI, pagos pela incorporada CMB-NE no período de novembro de 1998 a novembro de 2007, cujo valor atualizado é de R\$29.121 (R\$27.830 – 2021).

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Composição dos saldos

	31.12.2022		31.12.21
	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total
Investimento	<u>44.396</u>	<u>100.712</u>	<u>145.108</u>
			<u>162.011</u>

b) Adiantamentos para futuro aumento de capital

Em 20 de dezembro de 2018, foi firmado Instrumento de Acordo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, mediante o qual a Companhia se obriga a efetuar a concessão de adiantamentos até R\$36.570 à controlada Centro da Mata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022, não foram concedidos adiantamentos para futuro aumento de capital. O saldo dos adiantamentos efetuados em 2020 no valor R\$4.700, foi integralmente capitalizado em abril de 2021, mediante atribuição de uma nova cota a cada R\$1,00 integralizado, elevando o capital de R\$63.683 para R\$68.383.

	2022	2021
No início do exercício	-	4.700
Adiantamentos recebidos	-	-
Aumento de capital	-	(4.700)
No final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

c) Movimentação dos investimentos em controladas

	Vale do Xingu	Centro da Mata	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>46.977</u>	<u>115.034</u>	<u>162.011</u>
Resultado de equivalência patrimonial	4.948	8.652	13.600
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>46.977</u>	<u>115.034</u>	<u>162.011</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(2.581)	(14.322)	(16.903)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>44.396</u>	<u>100.712</u>	<u>145.108</u>

12. IMOBILIZADO

Composição dos saldos

	Controladora							
	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	31.12.22	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	31.12.21
Terras e terrenos	15.200	-	-	15.200	15.200	-	-	15.200
Edificações e benfeitorias	129.863	(59.089)	-	70.774	128.723	(56.178)	-	72.545
Máquinas e equipamentos	196.152	(136.556)	-	59.596	174.957	(129.399)	-	45.558
Reservatórios e tonéis	57.004	(36.072)	-	20.932	55.789	(34.883)	-	20.906
Contentores e recipientes	24.017	(12.592)	-	11.425	18.375	(11.389)	(1)	6.985
Equipamentos de informática	4.237	(3.505)	-	732	3.717	(3.320)	-	397
Máquinas e implementos agrícolas	14.576	(9.878)	-	4.698	14.184	(9.093)	-	5.091
Veículos	4.246	(3.544)	-	702	4.819	(3.492)	-	1.327
Móveis, utensílios e outros	2.755	(2.158)	-	597	2.525	(2.166)	-	359
Total em operação	448.050	(263.394)	-	184.656	418.289	(249.920)	(1)	168.368
Obras em andamento	1.541	-	-	1.541	3.915	-	-	3.915
Total	449.591	(263.394)	-	186.197	422.204	(249.920)	(1)	172.283

	Consolidado							
	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	31.12.22	Custo Total	Depreciação acumulada	Provisão p/ perdas	31.12.21
Terras e terrenos	15.200	-	-	15.200	15.200	-	-	15.200
Edificações e benfeitorias	151.717	(62.742)	(82)	88.893	140.348	(59.137)	(109)	81.102
Máquinas e equipamentos	196.152	(136.556)	-	59.596	174.958	(129.399)	-	45.559
Máquinas e implementos agrícolas	55.902	(24.232)	-	31.670	44.020	(21.066)	-	22.954
Reservatórios e tonéis	57.452	(36.327)	-	21.125	56.202	(35.105)	-	21.097
Veículos	8.700	(7.097)	-	1.603	8.677	(6.725)	-	1.952
Contentores e recipientes	24.017	(12.592)	-	11.425	18.375	(11.389)	(1)	6.985
Equipamentos de informática	4.702	(3.757)	-	945	4.046	(3.491)	-	555
Terras de exploração	142.928	-	-	142.928	134.888	-	-	134.888
Lavoura de cana-de-açúcar	37.958	(7.938)	-	30.020	21.160	(3.942)	-	17.218
Móveis, utensílios e outros	4.885	(2.941)	-	1.944	4.396	(2.800)	-	1.596
Total em operação	699.613	(294.182)	(82)	405.349	622.270	(273.054)	(110)	349.106
Obras em andamento	10.266	-	-	10.266	15.894	-	-	15.894
Total	709.879	(294.182)	(82)	415.615	638.164	(273.054)	(110)	365.000

Movimentação dos saldos

	Controladora											
	Terras e terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Reservatórios e tonéis	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Móveis, utensílios e outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2020	15.200	75.175	44.857	22.235	10.341	390	4.246	242	262	172.948	2.205	175.152
Aquisição	-	17	6.634	-	2.039	167	2.856	932	134	12.779	8.568	21.347
Baixas	-	(490)	(131)	-	(354)	(3)	(959)	(103)	-	(2.040)	-	(2.040)
Transferências	-	888	5.307	-	(1.533)	-	154	510	-	5.326	(6.859)	(1.533)
Provisão para perdas	-	-	-	-	86	-	-	-	-	86	-	86
Depreciação	-	(3.046)	(11.109)	(1.329)	(3.594)	(157)	(1.204)	(255)	(36)	(20.730)	-	(20.730)
Em 31 de dezembro de 2021	15.200	72.544	45.558	20.906	6.985	397	5.093	1.326	360	168.369	3.914	172.283
Aquisição	-	202	7.267	205	8.070	554	231	-	99	16.628	21.224	37.852
Baixas	-	-	(301)	-	(70)	(4)	-	(259)	(1)	(635)	-	(635)
Transferências	-	1.140	20.923	1.157			162	25	190	23.597	(23.597)	-
Provisão para perdas	-				1					1		1
Depreciação	-	(3.112)	(13.851)	(1.336)	(3.561)	(215)	(788)	(390)	(51)	(23.304)	-	(23.304)
Em 31 de dezembro de 2022	15.200	70.774	59.596	20.932	11.425	732	4.698	702	597	184.656	1.541	186.197

	Consolidado													
	Terras e Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e instalações	Máquinas e Implementos Agrícolas	Reservatórios e tonéis	Veículos	Contentores e recipientes	Equipamentos de informática	Terras de Exploração	Móveis e Utensílios	Lavoura de cana-de-açúcar	Total em operação	Total em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	15.200	83.669	44.857	17.999	22.451	900	10.341	433	129.774	1.383	6.791	333.798	6.734	340.531
Aquisição (a)	-	27	6.635	5.183	7	1.211	2.039	342	-	382	11.965	27.791	25.518	53.309
Baixas	-	(490)	(131)	(969)	-	(103)	(354)	(3)	-	-	-	(2.050)	-	(2.050)
Transferências	-	1.315	5.308	4.091	-	530	(1.533)	-	5.114	-	-	14.825	(16.358)	(1.533)
Depreciação	-	(3.446)	(11.110)	(3.350)	(1.361)	(586)	(3.594)	(217)	-	(169)	(1.538)	(25.371)	-	(25.371)
Reversão de provisão para perdas	-	27	-	-	-	-	86	-	-	-	-	113	-	113
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15.200	81.102	45.559	22.954	21.097	1.952	6.985	555	134.888	1.596	17.218	349.106	15.894	365.000
Aquisição (a)	-	500	7.267	2.213	239	633	8.070	690	33	359	17.456	37.460	45.418	82.878
Baixas	-	-	(301)	-	-	(259)	(70)	(4)	-	(1)	-	(635)	-	(635)
Transferências	-	11.071	20.922	9.673	1.157	25	-	-	8.007	191	-	51.046	(51.046)	-
Depreciação	-	(3.807)	(13.851)	(3.170)	(1.368)	(748)	(3.561)	(296)	-	(201)	(4.654)	(31.656)	-	(31.656)
Reversão de provisão para perdas	-	27	-	-	-	-	1	-	-	-	-	28	-	28
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15.200	88.893	59.596	31.670	21.125	1.603	11.425	945	142.928	1.944	30.020	405.349	10.266	415.615

(a) As adições ao imobilizado no exercício referem-se substancialmente à aquisição de máquinas industriais e contentores e recipientes pela Controladora, de máquinas e equipamentos agrícolas pelas controlada Centro da Mata e lavouras de cana-de-açúcar pela controlada Vale do Xingu.

A depreciação do exercício foi alocada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custo de produção	22.174	19.778	30.043	23.885
Despesas operacionais	1.130	952	1.612	1.485
Total	23.304	20.730	31.655	25.370

Desse montante, a depreciação da mais-valia do custo atribuído monta a R\$ 2.080 (R\$2.144 em 2021) na controladora e R\$ 2.100 (R\$2.164 em 2021) no consolidado. O valor correspondente, líquido dos efeitos tributários, foi transferido da rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” para “Lucros acumulados”, a título de realização do custo atribuído, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Anualmente, a Companhia e suas controladas analisam as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado. Em 2022, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2021.

A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no seu valor recuperável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados, exceto pela provisão apresentada a seguir:

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em virtude da cessação das operações pecuárias, foi constituída provisão para perdas sobre os ativos relacionados à esta atividade que não apresentavam valor de realização, no decorrer de 2022 houve reversão na provisão no montante de R\$ 27 (R\$27 em 2021).

Bens dados em garantia

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes bens dados em garantia de empréstimos e financiamentos:

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações				7.067	(1.079)	5.988
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.076	(365)	711	6.989	(5.011)	1.978
Máquinas e implementos agrícolas	24.786	(9.443)	15.343	29.033	(14.334)	14.699
Veículos	862	(523)	339	4.633	(3.486)	1.147
Instalações elétricas e hidráulicas				261	(205)	56
Equipamentos diversos	110	(56)	54	360	(360)	-
Sistema de irrigação por aspersão	-	-	-	6.738	-	6.738
Total	26.834	(10.387)	16.447	55.081	(24.475)	30.606

13. DIREITO DE USO E ARRENDAMENTO A PAGAR E PARCERIAS AGRÍCOLAS

A movimentação do direito de uso e do arrendamento a pagar e parceria agrícola durante o período foi a seguinte:

Controladora					
	Veículos	Imóveis	Eqts.de processa. de dados	Parceria Agrícola	Ativo de Direito de Uso
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.866	229	628	-	9.723
Adições / Ajustes	402	(31)	549	-	920
Depreciação	(2.243)	(191)	(230)	-	(2.664)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.025	7	947	-	7.979
Adições / Ajustes	8.333	-	602	-	8.935
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	-	-	(57)	-	(57)
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Depreciação	(2.539)	(7)	(348)	-	(2.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.819	-	1.139	-	13.958

Consolidado					
	Veículos	Imóveis	Eqts.de proces. de dados	Parceria Agrícola	Ativo de Direito de Uso
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.792	2.455	628	13.805	26.680
Adições / Ajustes	687	1.299	549	30.539	33.074
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	(17)	-	-	-	(17)
Depreciação / Amortização	(2.519)	(743)	(230)	(1.421)	(4.913)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.943	3.011	947	42.923	54.824
Adições / Ajustes	8.450	290	602	13.944	23.286
Crédito de Impostos (PIS e COFINS)	-	-	(57)	-	(57)
Baixas	-	-	(5)	-	(5)
Depreciação / Amortização	(2.875)	(658)	(348)	(6.134)	(10.015)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13.518	2.643	1.139	50.733	68.033

Controladora			
	Saldo dos compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Passivo de Arrendamento a Pagar
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10.652	(989)	9.663
Adições / Ajustes	940	36	976
Pagamentos efetuados	(3.189)	-	(3.189)
Apropriação de encargos financeiros	-	481	481
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.403	(472)	7.931
Adições / Ajustes	13.259	(4.324)	8.935
Pagamentos efetuados	(3.563)	-	(3.563)
Apropriação de encargos financeiros	-	450	450
Saldo em 31 de dezembro de 2022	18.099	(4.346)	13.753

	2022	2021
Passivo circulante	4.006	2.905
Passivo não circulante	9.747	5.026
Total	13.753	7.931

Consolidado			
	Saldo dos compromissos de arrendamento	Ajuste a valor presente dos arrendamentos	Passivo de Arrendamento a Pagar
Saldo em 31 de dezembro de 2020	31.469	(4.790)	26.679
Adições / Ajustes	42.900	(9.770)	33.130
Pagamentos efetuados (*)	(5.928)	-	(5.928)
Apropriação de encargos financeiros	-	1.151	1.151
Saldo em 31 de dezembro de 2021	68.441	(13.409)	55.032
Adições / Ajustes	31.382	(8.096)	23.286
Pagamentos efetuados (*)	(11.035)	-	(11.035)
Apropriação de encargos financeiros	-	1.466	1.466
Saldo em 31 de dezembro de 2022	88.788	(20.039)	68.749

	2022	2021
Passivo circulante	13.157	9.327
Passivo não circulante	55.592	45.705
Total	68.749	55.032

(*) Parte dos pagamentos efetuados pela controlada Vale do Xingu, no valor de R\$6.134 (R\$1.651 em 2021), foram feitos mediante a entrega de cana-de-açúcar ao parceiro outorgante, conforme nota explicativa nº 31.b.

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2024	3.715	15.985
2025	1.088	13.162
2026	1.268	10.788
2027	1.479	9.047
2028	2.197	6.613
Total	9.747	55.592

14. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	Softwares	Total	Softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	247	247	262	262
Aquisição	365	365	573	573
Amortização	(110)	(110)	(138)	(138)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	502	502	697	697

	Controladora		Consolidado	
	Softwares	Total	Softwares	Total
Aquisição	101	101	327	327
Amortização	(160)	(160)	(222)	(222)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>443</u>	<u>443</u>	<u>802</u>	<u>802</u>

A Companhia e suas controladas monitoram o seu ativo intangível por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável desse ativo. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração da Companhia e de suas controladas não identificou nenhum indício de necessidade de redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Indexador	Taxa anual	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
FINAME	TJLP/TLP (*)	2,92% a 5,72%	jun/2025	564	820	1.690	2.769
FINAME	-	6,0% a 10,5%	jul/2030	456	919	8.726	9.926
Financiamentos	CDI	2,41% a 3,34%	ago/2027	13.890	5.707	13.890	5.707
Capital de giro	CDI/USD	3,13% a 9,91%	ago/2035	-	-	74.639	26.904
Financiamento do Centro Oeste - FCO		9,5% a 10%	mai/2027	-	-	23.552	26.684
Total				<u>14.910</u>	<u>7.446</u>	<u>122.497</u>	<u>71.991</u>
Passivo circulante				4.099	2.912	25.549	18.477
Passivo não circulante				10.811	4.534	96.948	53.514
Total				<u>14.910</u>	<u>7.446</u>	<u>122.497</u>	<u>71.991</u>

(*) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(**) UMBNDES - Cesta de Moedas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos: Os recursos foram captados com o BNDES e liberados por agentes financeiros credenciados para aquisição de máquinas e equipamentos industriais e veículos, garantidos por alienação fiduciária dos veículos e dos equipamentos. O valor residual dos bens alienados fiduciariamente em 2022, apresentado na nota explicativa nº 12, é de R\$2.358 (R\$13.144 em 2021).

Outras garantias: FCO - hipoteca das matrículas 2.207, 2.208, 2.363 e 2.366, que compõem parte do imóvel denominado Fazenda Centro da Mata registrada pelo montante de R\$73.952 líquido de depreciação.

As operações de arrendamento mercantil de veículos e máquinas e equipamentos demonstradas na nota explicativa nº 13 e que se referem aos bens adquiridos pela Companhia e por suas controladas por meio de operações de arrendamento financeiro, para as quais os próprios bens são oferecidos como garantia fiduciária. Os valores envolvidos nessas operações são como segue:

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	2.144	2.393
Depreciação acumulada	<u>(2.114)</u>	<u>(2.290)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>30</u>	<u>103</u>

As parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2022	2022	2021	2021
2023	-	-	2.399	16.100
2024	3.983	27.150	1.326	11.891
2025	3.389	26.704	764	11.117
2026 a 2035	3.439	43.094	45	14.406
Total	10.811	96.948	4.534	53.514

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, data da última medição anual, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos durante o exercício é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Saldo anterior	7.446	5.158	71.991	61.978
Captações de novos financiamentos	10.076	3.898	63.763	23.366
Amortização de principal	(3.059)	(1.640)	(16.794)	(15.046)
Amortização de juros	(1.130)	(444)	(6.621)	(3.683)
Atualização monetária	1.577	474	10.158	5.376
Saldo final	14.910	7.446	122.497	71.991

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fornecedores de matérias-primas (*)	52.639	28.918	105.679	63.565
Fornecedores de propaganda e publicidade	968	1.688	968	1.688
Outros fornecedores nacionais	8.126	6.247	9.662	7.873
Fornecedores em moeda estrangeira	330	7	330	7
Total	62.063	36.860	116.639	73.133

(*) Refere-se, basicamente, a aquisição de materiais de acondicionamento e embalagens pela Controladora e de insumos agrícolas pelas controladas Vale do Xingu e Centro da Mata.

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Salários e encargos	2.471	2.236	2.896	2.591
Férias e encargos	7.445	7.368	8.302	7.979
Participação sobre os lucros	8.669	8.109	9.446	9.080
Outras	-	145	-	146
Total	<u>18.585</u>	<u>17.858</u>	<u>20.644</u>	<u>19.796</u>

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	11.966	13.915	11.966	13.915
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	9.318	-	10.417	25
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	2.313	-	2.654	-
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	11.969	12.045	12.007	12.045
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4.814	5.811	4.960	5.887
Outras	1.353	5.667	1.621	5.829
Total	<u>41.733</u>	<u>37.438</u>	<u>43.625</u>	<u>37.701</u>
Passivo circulante	40.901	34.469	42.793	34.732
Passivo não circulante	832	2.969	832	2.969
Total	<u>41.733</u>	<u>37.438</u>	<u>43.625</u>	<u>37.701</u>

19. PARTES RELACIONADAS

a) As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia com a controlada Vale do Xingu:

	31.12.22	31.12.21
Receita - outros materiais adquiridos	5	4
Despesas com arrendamento	95	93
Compra de matéria-prima - cana-de-açúcar	26.163	8.716
Compra de serviços agrícolas (corte e carregamento de cana-de-açúcar)	306	204
Total	<u>26.469</u>	<u>8.920</u>
Ativo Circulante - Adiantamento para compra cana-de-açúcar	<u>-</u>	<u>6.799</u>

- b) As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia e controladas com a parte relacionada Condomínio GMFO:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Custo dos serviços agrícolas	-	-	6.793	6.634
Compra de matéria-prima - cana-de-açúcar	20.028	28.247	20.028	28.247
Total	<u>20.028</u>	<u>28.247</u>	<u>26.821</u>	<u>34.881</u>

As operações de compra de cana-de-açúcar com partes relacionadas são realizadas, observando-se os preços sugeridos pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA.

A controlada Vale do Xingu presta serviços no processo de corte e carregamento de cana-de-açúcar para a Companhia e de plantio e de tratos culturais da lavoura canavieira ao Condomínio GMFO, conforme contratos firmados entre as partes, valorizados com base nas diárias e horas máquinas incorridas. O valor é fixado com base nos custos efetivamente incorridos e nos impostos incidentes, acrescido de margem de 5%.

As seguintes transações foram efetuadas pela Companhia com seus acionistas - pessoas físicas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Acionistas - pessoas físicas:				
Rendimentos financeiros do ativo não circulante	1.626	3.067	1.626	3.067
Total	<u>1.626</u>	<u>3.067</u>	<u>1.626</u>	<u>3.067</u>

- c) Os saldos no fim do exercício, decorrentes das operações realizadas, são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Ativo não circulante:				
Condomínio GMFO (i)	161	1.262	161	1.262
Centro da Mata (ii)	9.775	4.133	-	-
Acionistas pessoas físicas (iii)	253	8.221	253	8.221
Total do ativo não circulante	<u>10.189</u>	<u>13.616</u>	<u>414</u>	<u>9.483</u>
Passivo circulante:				
Acionistas pessoas físicas (iv)	14.085	40.527	14.085	40.527
Total do passivo circulante	<u>14.085</u>	<u>40.527</u>	<u>14.085</u>	<u>40.527</u>

- (i) Refere-se a concessão de empréstimos ao Condomínio GMFO nos termos do instrumento de contrato de mútuo, firmado entre as partes, sujeito à remuneração calculada com base em 104% da variação da taxa do CDI.
- (ii) Refere-se a concessão de empréstimos à controlada Centro da Mata nos termos dos contratos de mútuo, firmados entre as partes em 2021 e 2022, sujeito à remuneração calculada com base em 108% para 2021 e 103% para 2022 da variação da taxa do CDI.

- (iii) Referem-se aos valores a receber de acionistas, sendo: (a) R\$253 (R\$113 em 2021) relativos a débitos diversos, sujeitos à remuneração calculada com base em 98,5% da variação da taxa do CDI e (b) quitado no decorrer de 2022 (R\$8.108 em 2021) referia-se ao saldo remanescente da parte incontroversa, após trânsito em julgado dos autos da ação de responsabilidade instaurado em face das deliberações contidas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2005, na qual foi aprovada a propositura de ação de responsabilidade, fundamentadas no artigo 159 da Lei nº 6.404/76 contra o então diretor-geral comercial e membro do Conselho de Administração, Luiz Augusto Müller, impetrada pelo acionista Benedito Augusto Muller (Processo nº 940/2005). Embora já tivesse havido o trânsito em julgado do processo, as partes discutiam ainda questões relacionadas ao crédito remanescente devido a Companhia, sendo a parcela controvertida de direito e se resume à natureza dos depósitos efetuados no curso do processo em cumprimento às constrições realizadas na demanda, o que influencia diretamente o cálculo de juros e correção monetária do valor total devido a Companhia. Em maio de 2021, foi publicado acórdão, que veio esclarecer e tornar incontroverso a forma de atualização dos valores, ou seja, os valores das condenações devem ser atualizados (variação da TJSP e juros de 1%) até o momento em que os depósitos judiciais se tornarem disponíveis ao credor.

Nesse sentido, foram apurados e debitados ao acionista os valores das atualizações complementares no montante de R\$9.375 e registrados no resultado sob a rubrica “Outros Resultados Operacionais” no valor de R\$7.903 e no “Resultado Financeiro” o valor de R\$1.035, ambos líquidos de Pis/Cofins. O saldo remanescente (R\$8.108 em 2021) foi atualizado pela variação da TJSP e juros de 1% a.m. e integralmente quitado no decorrer de 2022.

- (iv) O valor de R\$14.085 (R\$40.527 em 2021) refere-se a dividendos mínimos obrigatórios, sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, os quais foram calculados, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, à razão de 25%.

d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros de administração, os conselheiros fiscais e os diretores. A remuneração paga ou a pagar por seus serviços e responsabilidades está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Honorários	6.470	7.410	7.017	7.924
Indenizações	501	15.903	501	15.903
Encargos sociais	5.009	5.365	5.180	5.661
Total	11.980	28.678	12.698	29.488

A remuneração dos Administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 29 de abril de 2022 (AGO realizada em 30 de abril de 2021). As indenizações foram aprovadas em reuniões extraordinárias do conselho de administração realizadas em 11 de agosto de 2022 e em 13 de dezembro de 2022 (30 de novembro de 2021).

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Com base nas análises individuais dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas, bem como na opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

Tipos de ação	Controladora			
	31.12.22		31.12.21	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Tributárias nas esferas:				
Judicial	21.273	62.410	20.120	59.316
Administrativa	2.810	37.040	2.815	32.649
Trabalhista	1.842	4.311	2.914	4.615
Cíveis	-	10.568	-	9.972
	25.925	114.329	25.849	106.552
Depósitos judiciais vinculados	(21.886)	(32.413)	(20.782)	(29.117)
Total da provisão	4.039		5.067	
Passivo não circulante	4.039		5.067	
Total	4.039		5.067	

Tipos de ação	Consolidado			
	31.12.22		31.12.21	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Tributárias nas esferas:				
Judicial	22.212	62.425	20.669	59.330
Administrativa	2.810	97.486	2.814	88.430
Trabalhistas	1.858	4.340	3.104	4.741
Cíveis	-	10.568	-	9.972
	26.880	174.819	26.587	162.473
Depósitos judiciais vinculados	(22.809)	(32.436)	(21.339)	(29.138)
Total da provisão	4.071		5.248	
Passivo não circulante	4.071		5.248	
Total	4.071		5.248	

O valor provisionado está substancialmente representado pelas seguintes ações:

- Contestação de autos de infração do IPI relacionado a atualização pela TRD: A Companhia provisiona o montante de R\$8.992 (R\$8.680 em 2021), em virtude de ter efetuado a atualização monetária dos valores indevidamente recolhidos a título de IPI, com base na Taxa Referencial Diária - TRD, no período anterior a 31 de dezembro de 1991, compensando-a com parcelas vincendas de IPI, os quais se encontram garantidos por depósitos judiciais.
- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - diferença de adicional - Fator Acidentário de Prevenção - FAP/Seguro de Acidente do Trabalho - SAT: A Companhia e a controlada Vale do Xingu estão questionando judicialmente a exigência do adicional do SAT, cujo saldo na controladora em 31 de dezembro de 2022 é de R\$11.781 (R\$10.956 em 2021) e no consolidado R\$11.994 (R\$11.152 em 2021), estando garantidos por depósitos judiciais nos montantes de R\$11.781 (R\$10.920 em 2021) na controladora e R\$11.994 (R\$11.113 em 2021) no consolidado.

- c) Processos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS sobre operações de remessa/retorno de vasilhames: O valor apresentado refere-se, basicamente, a autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais exigindo da Companhia o recolhimento do ICMS supostamente devido em operações de remessa de vasilhames realizadas pela Companhia para clientes posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco do Estado de São Paulo. Os valores discutidos são: R\$3.671 em 2022 (R\$3.401 em 2021), sendo classificado como perda provável R\$501 (R\$482 em 2021) garantido integralmente por depósito judicial.

A movimentação na provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Em 1º janeiro	25.849	26.899	26.587	27.455
Constituição de provisão	4.831	1.357	5.158	1.526
Atualização	312	373	383	386
Baixa de provisão	(5.067)	(2.780)	(5.248)	(2.780)
Em 31 de dezembro	25.925	25.849	26.880	26.587
Depósitos judiciais vinculados	(21.886)	(20.782)	(22.809)	(21.339)
Em 31 de dezembro	4.039	5.067	4.071	5.248

Processos com riscos classificados como perdas possíveis

As ações de perda possível, para as quais não foi constituída provisão conforme determinado pelas práticas contábeis, estão representadas substancialmente por:

Processos com depósitos judiciais

Representados, basicamente, por:

Execução Fiscal selos de controle de IPI: Em setembro de 2019, foi ajuizada uma Execução Fiscal pela União Federal contra a Companhia exigindo o pagamento de valores devidos pelo fornecimento de selos de controle de IPI no período de fevereiro de 2001 a outubro de 2007. A Execução Fiscal (EF) ajuizada pleiteia o pagamento no valor R\$70.583, atualizado em 2022 R\$84.326 e reconhece que a Companhia já teria recolhido R\$34.868, atualizado em 2022 R\$41.790, pelo que pede a União Federal o prosseguimento da ação com a penhora do valor correspondente à diferença entre os dois montantes. Os fatos tratados na Execução Fiscal decorrem de discussão travada há muitos anos pela Companhia e que tem por objeto a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da taxa de fornecimento dos selos de IPI, bem como o processo que discutia o direito de a Companhia parcelar os débitos de selos de IPI junto ao programa de parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09. Essa tese já foi julgada pelos Tribunais, tendo entendido o Supremo Tribunal Federal - STF e o Superior Tribunal de Justiça - STJ pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade da cobrança da referida taxa. A Companhia apresentou, por meio de seus assessores legais, sua defesa (exceção de pré-executividade), contudo a juíza responsável pelo caso preferiu não analisar, em defesa prévia, parte dos argumentos de defesa apresentados, os quais seguiram discussão por meio de Embargos à Execução Fiscal, posteriormente apresentados. Como consequência das decisões proferidas no processo, em novembro de 2019 foram penhorados R\$35.716 da conta corrente da Companhia e, também, efetuado depósito judicial complementar de R\$15, totalizando R\$35.731, que atualizados perfazem o montante de R\$42.536 (R\$38.471 em 2021), que corresponde ao valor líquido do suposto débito (R\$84.326 deduzido do valor de R\$41.790). A administração considerou que a possibilidade de perda nessa defesa é (i) possível em relação ao pedido principal da exceção de pré-executividade, no valor de R\$29.435 (R\$26.621 em 2021), em virtude de ter ocorrido em 2021 julgamento pelas instâncias ordinárias de forma desfavorável, reduzindo as chances de êxito e (ii) remota em relação ao pedido subsidiário, objeto dos Embargos à Execução Fiscal, no valor de R\$13.101 (R\$11.850 em 2021), que trata da revisão do valor do C.D.A, uma vez que foram incluídos valores já quitados, conforme corroborado pelos assessores legais da Companhia.

Processo com outras garantias

- a) Auto de infração de cobrança de IPI por suposto enquadramento inicial incorreto: A controladora, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE, em virtude de decisão administrativa desfavorável publicada em 2017, passou a discutir judicialmente autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais, no montante atualizado de R\$30.490 (R\$28.943 em 2021), referente ao IPI por supostas infrações de enquadramento e reenquadramento de produtos. Nos autos desta demanda, para fins de suspensão do suposto débito, a Companhia apresentou seguro-garantia do valor atualizado.
- b) Processo administrativo relacionado a não tributação da mais valia do processo de cisão da Vale do Xingu e consequente incorporação dos bens pela Centro da Mata: Em maio de 2019, as empresas Vale do Xingu e Centro da Mata receberam autos de infração nos quais se questionam o fato de terem deixado de tributar, o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro ("CSL"), sobre eventual ganho de capital, decorrente da baixa do imóvel rural denominado Fazenda Centro da Mata, transferido em operação de cisão parcial da Vale do Xingu para a Centro da Mata, tendo como base de cálculo o valor do patrimônio cindido na operação relativo ao custo atribuído ("deemed cost"). O valor atualizado de R\$60.446 (R\$55.781 em 2021), já considerando multa de ofício de 75% e juros SELIC. Tendo em vista o montante envolvido nos autos de infração alusivos ao período-base encerrado em 1 de julho de 2014, as autoridades fiscais requereram o arrolamento dos bens das referidas empresas, no montante de R\$68.533, sendo R\$15.648 da Vale do Xingu e R\$52.885 da Centro da Mata. A administração considerou que as possibilidades de perda nessas defesas são possíveis, conforme corroborado pela Opinião Legal emitida pelos assessores legais da Companhia.

Processos administrativos sem depósitos judiciais e recursais

Os processos administrativos, classificados com probabilidade de perda possível, são compostos, basicamente, por:

- a) Processos administrativos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS substituição tributária: (i) autos de infrações lavrados pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, os quais estão sendo discutidos administrativamente, que exigem da Companhia o recolhimento de ICMS/ST e adicional no valor atualizado de R\$25.725 (R\$24.276 em 2021), relativo a operações realizadas com contribuintes posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco Estadual.
- b) Processos relacionados a responsabilidade solidária no recolhimento do ICMS sobre operações de remessa/retorno de vasilhames: O valor apresentado refere-se, basicamente, a autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais exigindo da Companhia o recolhimento do ICMS supostamente devido em operações de remessa de vasilhames realizadas a para clientes posteriormente declarados inidôneos pelo Fisco do Estado de São Paulo. Os valores discutidos são R\$4.344 (R\$4.161 em 2021).
- c) Auto de infração lavrado em 2022 pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco PRODEPE em decorrência da glosa de crédito presumido de ICMS período de 2019 e 2020 no montante de R\$4.589.

Depósitos judiciais - apresentados no Realizável a Longo Prazo

Os depósitos judiciais apresentados no realizável a longo prazo estão vinculados a riscos com perdas consideradas possíveis e remotas, sendo:

	Controladora			
	2022		2021	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Depósitos e bloqueios judiciais				
Tributários	31.920	18.028	28.861	16.443
Trabalhistas	493	949	256	1.489
Cíveis	-	225	-	395
	<u>32.413</u>	<u>19.202</u>	<u>29.117</u>	<u>18.327</u>
Em 31 de dezembro		<u>51.615</u>		<u>47.444</u>

	Consolidado			
	2022		2021	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Depósitos e bloqueios judiciais				
Tributários	31.936	18.028	28.875	16.443
Trabalhistas	500	955	263	1.506
Cíveis	-	225		395
	<u>32.436</u>	<u>19.208</u>	<u>29.138</u>	<u>18.344</u>
Em 31 de dezembro		<u>51.644</u>		<u>47.482</u>

21. INCENTIVOS FISCAIS

A Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação da controlada CMBNE conta com incentivo fiscal de âmbito estadual a seguir especificado:

- Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE

(i) PRODEPE – INDÚSTRIA:

Esse benefício corresponde a redução, consoante o Decreto nº 28.150/05, o qual foi prorrogado pelo Decreto nº 35.335, de 21 de julho de 2010, de 75% do ICMS devido sobre as operações realizadas até setembro de 2022, sendo o referido incentivo apurado, como previsto na Lei nº 12.226/02, sob a forma de crédito presumido. Foi publicado o Decreto 52.176/22, que concedeu a segunda prorrogação a esse incentivo, que terá vigência de outubro de 2022 a dezembro de 2032, passando a redução do ICMS apurado para 67,5%. Em dezembro de 2022, foi publicado o Decreto 54.349/22, reestabelecendo o benefício de redução a 75%, com vigência a 1º de janeiro de 2023.

(ii) PRODEPE – CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO – 52.097/21 E 54.244/22

Consoante aos Decretos 52.097/21 e 54.244/22, benefício de crédito presumido do ICMS no percentual de 3% (três por cento) incidente sobre: (a) o valor da transferência de mercadoria de estabelecimento localizado em outra Unidade da Federação, sem prejuízo do aproveitamento dos demais créditos; e (b) o valor total das saídas promovidas pela central de distribuição nas operações interestaduais, com vigência até dezembro de 2032.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 ambos os incentivos totalizaram R\$2.099 (R\$1.045 em 2021). Esse valor está registrado no Patrimônio Líquido, sob a rubrica “Reserva para Incentivos Fiscais”, em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$10.291 (R\$8.192 em 2021).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social está representado por 1.580.489 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de janeiro de 2013, a qual aprovou as demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009, 2010 e 2011, foi deliberada a capitalização do saldo dos lucros acumulados apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, deduzido da parcela de dividendo suplementar, sem a emissão de novas ações, no montante de R\$101.194 (“1ª. Capitalização”). Dessa forma, o capital social foi elevado de R\$61.417 para R\$162.611. A 1ª. Capitalização foi objeto de questionamentos por acionista, em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 16/2013. Em setembro de 2016, o Tribunal Arbitral proferiu sentença, determinando a anulação da 1ª. Capitalização no valor de R\$101.194, bem como a reversão parcial da reserva legal relativa aos exercícios sociais encerrados em 2013, 2014 e 2015, no montante de R\$7.155, essa última em reflexo à anulação da 1ª. Capitalização e, ainda, que esses valores fossem objeto de destinação pelos acionistas por meio de nova deliberação em sede de Assembleia Geral. Em decorrência do exposto, o capital social integralizado da Companhia foi reduzido para R\$61.417, devidamente refletido nos documentos societários.

Em cumprimento à sentença arbitral referida acima, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em 8 de março de 2017 com o objetivo de deliberar acerca da destinação dos referidos valores. Nesta assembleia foi deliberado a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$22.545, sendo que o saldo remanescente permaneceu na conta “Lucros à disposição da Assembleia” até que nova destinação fosse dada pelos acionistas em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da Companhia.

Ressalta-se que a questão relativa à capitalização de lucros foi objeto de novo procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SEC4, mencionado no item “e”, adiante.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020 foi deliberada a capitalização do saldo remanescente do lucro líquido findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$19.402, sem emissão de novas ações, elevando o capital social para R\$80.819.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021 foi deliberada a capitalização do saldo remanescente do lucro líquido findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$17.198, sem emissão de novas ações.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2020 foi aprovada a capitalização de parte do saldo da conta “Lucros à Disposição da Assembleia”, no montante de R\$171.848, aumentando o valor do capital social da Companhia para R\$252.667, mantendo-se inalterado o número de ações em que se divide o referido capital (“2ª Capitalização”), conforme disposto no caput do Artigo 5º do Estatuto Social. No entanto, em virtude de Decisão Liminar obtida por acionistas os efeitos da 2ª Capitalização ficaram suspensos até que ocorresse a revogação da liminar ou até que fosse proferida decisão definitiva confirmando a eficácia da 2ª Capitalização.

Em virtude da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ter rejeitado, em 15 de setembro de 2021, o agravo de instrumento nos autos do processo em que se discutia a 2ª Capitalização tornou eficaz essa capitalização. Com isso, foi efetivada a capitalização de parte do saldo da conta “Lucros à Disposição da Assembleia”, no montante de R\$171.848 mil, sem emissão de novas ações, que aumentou o valor do capital social da Companhia para R\$252.667 mil.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022 foi deliberada a capitalização de R\$110.512 relativo à parte do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$44.894 acrescido de R\$65.618 relativo à reversão parcial da conta de “Retenção de Lucros”, sem emissão de novas ações, conforme item “e” abaixo.

Desta forma, o capital social integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$380.377.

b) Reserva para incentivos fiscais

Corresponde aos valores decorrentes de incentivos fiscais de reduções havidas no âmbito do ICMS, conforme mencionados na nota explicativa nº 21, no valor R\$10.291 (R\$8.192 em 2021).

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se ao ajuste do ativo imobilizado pelo custo atribuído registrado em 1º de janeiro de 2009 na Companhia e em suas controladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários, e realizado na proporção das depreciações e baixas dos bens reavaliados, conforme nota explicativa nº 12.

d) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% sobre o capital social, conforme determinação da Lei nº 6.404/76. Em 2022 foi destinado a esta conta o valor de R\$3.002 (R\$8.379 em 2021), que totaliza R\$26.582 (R\$23.580 em 2021).

Retenção de lucros

Os orçamentos de capital para projetos de investimento da Companhia e de suas controladas totalizam R\$511.516 (R\$157.581 em 2021), dos quais R\$122.697 (R\$52.373 em 2021) com recursos próprios. A proposta da Administração, em observância ao artigo 192 da Lei nº 6.404/76, levando em consideração a previsão de retenções constante no artigo 196 da referida Lei, é de retenção do montante de R\$94.626 (R\$52.373 em 2021), que está apresentada em rubrica específica, para aplicação nos termos do orçamento de capital que será submetido à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral.

e) Lucros à disposição da Assembleia Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dessa rubrica, no montante de R\$116.850 (R\$227.362 em 2021), é composto pelos seguintes valores:

- (i) R\$116.850 que se referem a saldo remanescente (após a aprovação do pagamento de dividendos e demais destinações) do lucro líquido de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleias de acionistas, a saber:

Exercício Social findo em	Assembleia geral de acionista realizadas em:	R\$
31 de dezembro de 2012	10/setembro/2013	57.518
31 de dezembro de 2014	26/maio/2015	25.121
31 de dezembro de 2015	18/maio/2016	26.096
Efeito líquido do cumprimento à sentença arbitral proferida pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, no âmbito do procedimento arbitral nº 16/2013, conforme mencionado nos itens “a” desta nota explicativa	08/março/2017	85.804
31 de dezembro de 2016	25/abril/2017	44.950
31 de dezembro de 2017	27/abril/2018	13.951
31 de dezembro de 2018	02/maio/2019	10.942
(=) Saldo antes da capitalização		264.382
(-) Capitalização aprovado em assembleia de acionista, realizada em 30 de novembro de 2021, que foi efetivada em 2022		(171.848)
(+) Reversão do saldo da conta “Retenção de Lucros” existente em 31/12/2021, relativo a orçamento de capital constituído com lucros do exercício social de 2020		65.618
(-) Capitalização aprovado em assembleia de acionista, realizada em 29 de abril de 2022		(65.618)
(+) 31 de dezembro de 2021 (saldo remanescente lucro líquido de 2021)	29/abril/2022	24.316
(=) Total em 31 de dezembro de 2022		116.850

- (ii) R\$69.210 (2021) = saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (após o provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios calculados à razão de 25%), que em conformidade com o que foi deliberado em Assembleia Geral que aprovou as contas do referido exercício social de 2021, realizada em 29 de abril de 2022, teve a seguinte destinação: (i) R\$44.894 integralização de capital e (ii) R\$24.316 permanecerão pendente de destinação, podendo ser distribuído aos acionistas ou capitalizados, conforme deliberação em assembleia geral a ser convocada. O saldo remanescente de 2020, conforme deliberado em assembleia de acionistas realizada em 30 de abril de 2021, no montante de R\$25.619 teve a seguinte destinação: (i) R\$17.198 integralização de capital e (ii) R\$8.421 distribuição de dividendos aos acionistas, uma vez que foi deliberado o limite máximo previsto no acordo de acionista de 40%.

O saldo desta conta foi objeto de questionamentos por acionistas em procedimento arbitral conduzido perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá sob nº 52/2017/SEC4. Em 9 de setembro de 2019 foi proferida sentença no âmbito do referido Procedimento Arbitral segundo a qual as Cláusulas 5.3 e 5.3.1 do Acordo de Acionistas foram declaradas válidas, determinando que: (i) o equivalente a 25% do lucro líquido deverá ser distribuído a título de dividendo mínimo obrigatório: (ii) salvo deliberação unânime, o limite máximo de dividendos passíveis de distribuição corresponderá sempre a 40% do lucro líquido ajustado de cada exercício, sendo que a parcela restante deverá ser objeto de orçamento de capital e/ou capitalização.

Em 23 de dezembro de 2019 foi realizada assembleia de acionistas para deliberar sobre a destinação do saldo da conta de “Lucros à Disposição da Assembleia”, observado o disposto na referida sentença arbitral. Os acionistas, por unanimidade, deliberaram pela suspensão desta assembleia determinando que ela deveria ser retomada em 30 de março de 2020.

A referida assembleia foi reagendada para 31 de julho de 2020, tendo sido novamente reagendada para 30 de novembro de 2020, ocasião em que foi aprovada pela totalidade do capital social votante a capitalização de parte do saldo desta conta, no montante de R\$171.848, aumentando o valor do capital social da Companhia para R\$252.667, mantendo-se inalterado o número de ações em que se divide o referido capital. O saldo remanescente, no valor de R\$92.534 mil, permaneceu na conta “Lucros à Disposição da Assembleia” para posterior deliberação pelos acionistas. Em virtude de Decisão Liminar obtida por acionistas os efeitos da capitalização referida acima estão suspensos até que ocorra a revogação da liminar ou até que seja proferida decisão definitiva confirmando a eficácia da deliberação. Em 15 de setembro de 2021, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo rejeitou o agravo de instrumento nos autos desse processo. Como consequência, foi revogada a suspensão dessa deliberação, permitindo a capitalização do valor de R\$171.848.

f) Dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais

- i. Dividendo mínimos obrigatórios propostos - a proposta de dividendo mínimo obrigatório consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, foi calculada a razão de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do estatuto social e da Lei das Sociedades por Ações, em especial, no disposto nos artigos 196 e 197. Para fins de determinação da base de cálculo dos dividendos, a Administração, observando o deliberado na Assembleia Geral Ordinária, que aprovou as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos a partir de 31 de dezembro de 2014, aplicou o ajuste decorrente dos efeitos da realização do custo atribuído.

Segue adiante o demonstrativo de cálculo desses dividendos:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	60.054	167.586
Reserva legal	(3.002)	(8.379)
Incentivos fiscais	(2.099)	(1.045)
Realização do custo atribuído	<u>1.385</u>	<u>3.949</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>56.338</u>	<u>162.111</u>
 Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	 <u>14.085</u>	 <u>40.527</u>
Dividendo por ação em reais	<u>8,91</u>	<u>25,64</u>

Qualquer valor de dividendos acima do mínimo obrigatório somente é provisionado quando e na medida em que forem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

ii. Dividendo adicionais:

Por deliberação de Assembleia geral de acionistas procedeu-se à distribuição de dividendos adicionais aos mínimos obrigatórios, limitado a 40% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do estatuto social da Companhia e no Acordo de Acionistas, a saber:

Exercício social findo em	Data da realização da AGO	Valores R\$	Dividendo por ação (Em R\$)
31 de dezembro de 2020	30 de abril de 2021	8.421	5,33

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercado interno	1.068.506	868.008	1.156.083	945.292
Mercado externo	22.879	24.192	22.879	24.192
IPI	(150.154)	(163.314)	(150.154)	(163.314)
ICMS	(113.886)	(85.608)	(113.849)	(85.695)
COFINS	(59.838)	(46.172)	(60.362)	(46.778)
PIS	(12.991)	(10.024)	(13.104)	(10.160)
ISS	-	(49)	(202)	(245)
Contribuição sobre a produção rural		-	(3.266)	(2.820)
Devoluções e cancelamentos de vendas	(7.243)	(3.649)	(14.208)	(8.579)
Receita líquida das vendas	<u>747.273</u>	<u>583.384</u>	<u>823.817</u>	<u>651.893</u>
Classificadas como:				
Vendas de produtos	747.273	582.416	708.183	564.411
Vendas de ativo biológico	-	-	108.535	79.676
Vendas de serviços	-	968	7.099	7.806
Total	<u>747.273</u>	<u>583.384</u>	<u>823.817</u>	<u>651.893</u>

24. APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia e suas controladas apresentaram a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Consumo de matérias-primas e materiais	(374.792)	(293.287)	(378.014)	(304.392)
Salários, encargos e benefícios a empregados	(122.372)	(128.273)	(127.545)	(133.789)
Manutenção, melhorias e limpeza	(7.007)	(7.344)	(10.157)	(9.784)
Depreciação e amortização	(26.435)	(23.578)	(41.969)	(30.497)
Despesas com vendas e exportações	(85.312)	(64.062)	(85.312)	(64.062)
Baixas de bens do imobilizado	(239)	(2.065)	(241)	(1.997)
Expedição, fretes e carretos	(20.152)	(12.841)	(24.083)	(15.671)
Energia, tarifas e locações	(11.690)	(8.039)	(15.378)	(11.235)
Despesas Agrícolas e florestais	-	-	(25.564)	(19.216)
Outras receitas (*)	4.021	143.788	4.021	143.788
Outras despesas	(26.541)	(19.852)	(28.122)	(21.542)
Total	<u>(670.519)</u>	<u>(415.553)</u>	<u>(732.364)</u>	<u>(468.397)</u>
Classificadas como:				
Custo das vendas de produtos	(479.867)	(376.998)	(451.735)	(367.000)
Custos das vendas de ativo biológico	-	-	(77.399)	(51.313)
Custo das vendas de serviços	-	(968)	(5.582)	(6.479)
Subtotal custo dos produtos vendidos	(479.867)	(377.966)	(534.716)	(424.792)
Despesas com vendas	(129.193)	(102.199)	(129.193)	(102.199)
Despesas gerais e administrativas	(60.883)	(67.432)	(67.531)	(73.094)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (*)	(576)	132.044	(924)	131.688
Total	<u>(670.519)</u>	<u>(415.553)</u>	<u>(732.364)</u>	<u>(468.397)</u>

(*) Os valores referem-se substancialmente a:

- (i) R\$135.158 em 2021, refere-se a: (a) R\$122.443 crédito de PIS e COFINS, em virtude da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, em decorrência de medida judicial impetrada pela Companhia e a incorporada CMB-NE, conforme mencionado na nota explicativa nº 8; (b) R\$4.812 refere-se a Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, apurado em virtude do trânsito de medida judicial, em que a Companhia discutia o direito de excluir de sua base de cálculo o valor relativo ao frete, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 e (c) R\$7.903 crédito decorrente de acórdão, que tornou incontroverso a forma de atualização dos valores depositados judicialmente nos autos da ação judicial 940/05, conforme mencionado na nota explicativa nº 19.
- (ii) R\$4.006 em 2022 (líquido de Pis/Cofins e honorários advocatícios), refere-se a: (a) indébito de IPI importação no montante de R\$2.503, em decorrência de trânsito em julgado favorável à Companhia, de medida judicial que discutia o direito a compensação deste imposto exigido pelas autoridades e pago indevidamente na operação de importação temporária de aeronave, ocorrida em 2000. O referido valor foi integralmente compensado em 2022. (b) crédito de Pis/Cofins, no valor de R\$1.503, aferido à luz dos critérios essencialidade ou relevância, ou seja, considerando-se a imprescindibilidade ou a importância de determinado item ou serviço, para o desenvolvimento da atividade econômica desenvolvida pela Companhia.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos e arrendamento mercantil	(2.048)	(976)	(10.899)	(6.549)
Demais despesas	(651)	(323)	(2.145)	(1.294)
Total das despesas financeiras	(2.699)	(1.299)	(13.044)	(7.843)
Rendimentos de aplicações financeiras	7.858	3.296	9.329	3.776
Juros sobre partes relacionadas	2.604	3.200	2.049	3.067
Atualização de outros ativos monetários (*)	5.183	1.637	5.279	1.684
Atualização de Indébitos Tributários (**)	7.706	3.707	7.706	3.707
Outras receitas	1.366	590	1.126	1.409
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(930)	(529)	(1.001)	(529)
Total das receitas financeiras	23.787	11.901	24.488	13.114
Variação cambial, líquida	(1.167)	(175)	(2.020)	(736)
Resultado financeiro	19.921	10.427	9.424	4.535

(*) A variação do valor foi substancialmente influenciada pelo aumento das taxas de juros ocorridas em 2022.

(**) R\$7.706 (R\$3.707), refere-se substancialmente a: (a) R\$5.509 (R\$2.678 em 2021) a crédito de PIS e COFINS, em virtude da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, em decorrência de medida judicial impetrada pela Companhia e a incorporada CMB-NE, conforme mencionado na nota explicativa nº 8; (b) R\$423 (R\$191 em 2021) a crédito de Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, apurado em virtude do trânsito de medida judicial, em que a Companhia discutia o direito de excluir de sua base de cálculo o valor relativo ao frete, conforme mencionado na nota explicativa nº 8 e (c) R\$658 (R\$246 em 2022) a indébito de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.

26. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Natureza e expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que possam ser utilizados na compensação dos passivos diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias a tributar.

Os valores de compensação são os seguintes:

Ativo não circulante

	Consolidado	
	Vale do Xingu	
	31.12.22	31.12.21
Valor justo dos ativos biológicos	2.500	-
Outras provisões e diferenças temporárias	593	-
Total do imposto de renda e da contribuição social ativos	3.093	-

	Controladora		Centro da Mata		Vale do Xingu		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
<u>Ativo não circulante</u>								
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social		-	7.101	5.833	-	-	7.101	5.833
Valor justo do ativo biológico	-	-	164	-	-	-	164	-
Outras provisões e diferenças temporárias	10.331	10.343	305	212	-	494	10.636	11.049
Total do imposto de renda e da contribuição social ativos	10.331	10.343	7.570	6.045	-	494	17.901	16.882
<u>Passivo não circulante</u>								
Custo atribuído ao imobilizado	(18.671)	(19.378)	(24.495)	(24.502)	-	-	(43.166)	(43.880)
Valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	(5.847)	-	(1.557)	-	(7.404)
Depreciação de vida útil revisada - Lei nº 11.638/07	(14.264)	(13.111)	-	-	-	-	(14.264)	(13.111)
Exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis e COFINS e IPI s/frete	(4.831)	(18.866)	-	-	-	-	(4.831)	(18.866)
Outras diferenças temporárias	(9.238)	(7.853)	(100)	(64)	-	-	(9.338)	(7.917)
Total do imposto de renda e da contribuição social passivos	(47.004)	(59.208)	(24.595)	(30.413)	-	(1.557)	(71.599)	(91.178)
Total do passivo, líquido	(36.673)	(48.865)	(17.025)	(24.368)	-	(1.063)	(53.698)	(74.296)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício é a seguinte:

	Ativo não circulante	Passivo não circulante			Total líquido do consolidado
	Vale do Xingu	Controladora	Centro da Mata	Vale do Xingu	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(48.865)	(24.368)	(1.063)	(74.296)
Resultado do exercício	3.093	12.192	7.343	1.063	23.691
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.093	(36.673)	(17.025)	-	(50.605)

A Companhia e suas controladas, com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, aprovadas por seus acionistas, reconheceram o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis. A controlada Centro da Mata também constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social, os quais não possuem prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido é revisado periodicamente pela Administração.

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo conforme a seguir:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
2022	-	10.343	-	16.882
2023	10.331	-	13.892	-
2024	-	-	1.824	-
2025	-	-	2.718	-
2026	-	-	2.560	-
Total	<u>10.331</u>	<u>10.343</u>	<u>20.994</u>	<u>16.882</u>

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota nominal

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	79.772	191.858	71.267	198.877
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(27.122)	(65.232)	(24.231)	(67.618)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	(5.727)	4.628	-	-
Incentivos fiscais e doações incentivadas (*)	1.303	819	1.323	819
Juros sobre o capital próprio	7.310	6.800	7.310	6.800
Efeitos exclusão Selic bases IRPJ e CSLL		5.666	-	5.666
Exclusão juros Selic sobre indêbitos tributários	3.525	22.495	3.525	22.495
Outras diferenças permanentes	<u>993</u>	<u>552</u>	<u>860</u>	<u>547</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(19.718)</u>	<u>(24.272)</u>	<u>(11.213)</u>	<u>(31.291)</u>
Correntes	(31.913)	(5.887)	(34.906)	(6.811)
Diferidos	<u>12.195</u>	<u>(18.385)</u>	<u>23.693</u>	<u>(24.480)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(19.718)</u>	<u>(24.272)</u>	<u>(11.213)</u>	<u>(31.291)</u>
Alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social %	24,72	12,65	15,73	15,73

(*) Efeito dos incentivos fiscais conforme mencionado na nota explicativa nº 21 e outras doações incentivadas.

A alíquota efetiva de 2021 foi impactada, basicamente, em virtude de:

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF, em julgamento de recurso extraordinário com repercussão geral, decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a atualização da Selic, incidentes sobre indêbitos tributários. A Companhia em abril de 2020, impetrou mandado de segurança, no qual discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ e CSLL que incidiram sobre os valores correspondentes à Selic aplicada em seus indêbitos tributários e depósitos judiciais, bem como pleiteia o afastamento definitivo dessa incidência tributária. Desta forma, em dezembro de 2021, observando as disposições das normas contábeis (CPC 32 e ICPC 22) foi reconhecido efeito credor no resultado (IRPJ e CSLL correntes) no valor de R\$5.666, relativo à tributação de juros Selic sobre indêbitos tributários do período anterior (ano calendário de 2020). Esse valor atualizado em dezembro de 2021 é de R\$5.912, que será compensado tão logo ocorra o trânsito em julgado do mencionado mandado de segurança. Em relação ao período corrente, foi excluída na apuração do IRPJ e CSLL a parcela de juros Selic apurada nos indêbitos tributários, no valor de R\$10.368 (R\$68.083 em 2021), gerando redução de R\$3.525 (R\$22.495 em 2021) na apuração desses tributos.

27. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média de ações ordinárias durante o exercício, conforme a seguir:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	60.054	167.586
Quantidade de ações emitidas (milhares)	1.580.489	1.580.489
Lucro básico e diluído por ação - R\$	38,00	106,03

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia não tinha ações ordinárias potenciais com efeito de diluição, e, consequentemente, o lucro diluído por ação é equivalente ao lucro básico por ação, conforme demonstrado anteriormente.

28. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A movimentação patrimonial que não afetou o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aquisição de imobilizado com financiamentos	10.076	3.898	10.473	8.905
Direito de uso de ativos	8.933	976	24.263	33.130
Dividendos mínimos propostos	14.085	40.528	14.085	40.528
Total	33.094	45.402	48.821	82.563

29. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e suas controladas concedem a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, assistência farmacêutica, alimentação e participação nos resultados, entre outros. Em 2022, incluíram também o plano de previdência privada. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência, e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu a despesa proveniente da constituição de provisão para participação dos colaboradores em seus resultados, no montante de R\$8.512 (R\$8.517 em 2021) na controladora e R\$9.030(R\$9.047 em 2021) no consolidado. A participação nos resultados de 2022 e 2021 foi definida com base em indicadores e metas de desempenho operacional, não estando condicionada somente aos resultados contábeis apresentados pela Companhia. Esse valor está registrado nas rubricas “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, “Despesas com vendas” e “Despesas gerais e administrativas”.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

30.1. Informações gerais

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Além disso, têm operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controles consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas, em comparação com as taxas vigentes no mercado. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: conforme apresentado nas notas explicativas nº 4 e nº 5, são reconhecidos pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até o fim de cada exercício, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- b) Contas a receber de clientes: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 6.
- c) Financiamentos e Empréstimos: comentados e apresentados na nota explicativa nº 15.
- d) Contas a receber e a pagar a partes relacionadas: comentadas e apresentadas na nota explicativa nº 19.
- e) Outros valores a receber e outros passivos reconhecidos nos ativos e passivos circulantes e não circulantes.

30.2. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

- As mensurações do valor justo do Nível 1 são aquelas resultantes dos preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

- As mensurações do valor justo do Nível 2 são aquelas resultantes de outras informações que não sejam os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, como preços) ou indiretamente (por exemplo, resultante dos preços);
- As mensurações do valor justo do Nível 3 são aquelas resultantes de técnicas de avaliação que incluem informações do ativo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis de mercado (informações não observáveis).

Consolidado

Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2022 Total
Aplicações Financeiras		34.299		34.299
Ativo biológico			63.749	63.749
		<u>34.299</u>	<u>63.749</u>	<u>98.048</u>
Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	31/12/2021 Total
Aplicações Financeiras		16		16
Ativo biológico			63.178	63.178
		<u>16</u>	<u>63.178</u>	<u>63.194</u>

30.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas expõem estas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela área Financeira, a qual identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

Risco cambial e do fluxo de caixa associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia e suas controladas não possuem operações significativas em moeda estrangeira, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia e de suas controladas são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de câmbio.

O risco de taxa de juros decorre de ativos financeiros ao valor justo. Os saldos de financiamentos de curto e de longo prazos não são significativos.

Os ativos financeiros às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. A política que vem sendo adotada pela área Financeira da controladora é a de manter a totalidade de seu excedente de caixa aplicado em títulos e fundos com remuneração mediante a taxa de juros que varie de acordo com o CDI, como divulgado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados, obedecendo aos seguintes critérios:

- (i) As aplicações financeiras devem ser efetuadas em modalidades que apresentem baixo e médio riscos sujeitas à remuneração pela variação do CDI. (Exemplos: CDBs, operações compromissadas e fundos de investimento classificados como baixo e médio riscos).
- (ii) As aplicações em operações compromissadas, que são lastreadas em papéis, devem, preferencialmente, ter lastro em papéis das próprias instituições financeiras ou de empresas do mesmo Grupo (exemplo: debêntures das empresas de “leasing”).
- (iii) Para aplicações em fundos de investimento, estes devem, preferencialmente, investir em ativos de renda fixa, como títulos públicos, CDBs, debêntures, letras financeiras e operações compromissadas.
- (iv) As concentrações de recursos aplicados por instituição e modalidade devem ser evitadas. A diversificação das aplicações diminui o risco global de perdas consideráveis de juros e principal, advindas de situações adversas a que tais operações estão sujeitas.

A área Financeira da Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários, com base nos quais a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os ativos que representam as principais posições com juros.

Com base nas análises realizadas, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, líquidos das aplicações e mútuos a receber:

Controladora					
Instrumentos (Custo amortizado)	Valor contábil 31/12/2021	Encargos financeiros	Taxa	+25% Ganho (perda)	+50% Ganho (perda)
Aplicações financeiras	59.542	CDI	9,15%	803	1.606
Mútuo a receber – mútuo	5.395	CDI	9,15%	81	162
Empréstimos e financiamentos	(820)	TLP/TJLP	5,32%	(57)	(131)
Empréstimos e financiamentos	(5.707)	CDI	9,15%	(712)	(1.665)
Arrendamentos financeiros	(709)	CDI	9,15%	(88)	(207)
Total				<u>27</u>	<u>(235)</u>

Controladora					
Instrumentos (Custo amortizado)	Valor contábil 31/12/2022	Encargos financeiros	Taxa	+25% Ganho (perda)	+50% Ganho (perda)
Aplicações financeiras	116.358	CDI	13,65%	2.543	5.087
Mútuo a receber – mútuo	9.935	CDI	13,65%	219	438
Empréstimos e financiamentos	564	TLP/TJLP	5,32%	(8)	(15)
Empréstimos e financiamentos	13.890	CDI	13,65%	(474)	(948)
Arrendamentos financeiros	864	CDI	13,65%	(29)	(59)
Total				<u>2.251</u>	<u>4.503</u>

Instrumentos (Custo amortizado)	Consolidado			+25%	+50%
	Valor contábil 31/12/2021	Encargos financeiros	Taxa	Ganho (perda)	Ganho (perda)
Aplicações financeiras	74.112	CDI	9,15%	988	1.975
Empréstimos a receber - mútuo	5.395	CDI	9,15%	81	162
Empréstimos e financiamentos	2.769	TLP/TJLP	5,32%	(131)	(284)
Empréstimos e financiamentos	16.422	CDI	9,15%	(958)	(2.155)
Empréstimos e financiamentos	14.664	USD	5,5805	(205)	(409)
Arrendamentos financeiros	1.027	CDI	9,15%	(95)	(221)
Total				<u>(330)</u>	<u>(932)</u>

Instrumentos (Custo amortizado)	Consolidado			+25%	+50%
	Valor contábil 31/12/2022	Encargos financeiros	Taxa	Ganho (perda)	Ganho (perda)
Aplicações financeiras	122.682	CDI	13,65%	2.677	5.353
Empréstimos a receber - mútuo	9.935	CDI	13,65%	219	438
Empréstimos e financiamentos	1.690	TLP/TJLP	5,32%	(22)	(45)
Empréstimos e financiamentos	37.991	CDI	13,65%	(1.296)	(2.593)
Empréstimos e financiamentos	49.519	USD	5,2177	(12.380)	(24.760)
Arrendamentos financeiros	1.005	CDI	13,65%	(34)	(69)
Total				<u>(10.836)</u>	<u>(21.676)</u>

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos ativos financeiros ao valor justo e a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

No caso de clientes, a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com procedimentos específicos. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e o saldo de contas a receber de clientes não ultrapassa o limite de crédito previamente concedido.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais e gerenciada pela área Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e de suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, o qual também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis a qualquer momento, não havendo linhas de crédito relevantes em nome da Companhia e de suas controladas vistos isoladamente.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pela área Financeira da Companhia, que investe o excesso de caixa em fundos de investimento de alta liquidez e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Controladora							
Instrumentos	Taxa de juros	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Finame	3,8% a 6%	523	432	66	-	-	1.021
Financiamentos	2,41% a 3,34%	3.576	3.551	3.323	2.245	1.194	13.889
Arrendamentos	4,43% a 4,72%	4.006	3.427	1.269	1.089	3.962	13.753
Fornecedores		62.063	-	-	-	-	62.063
Obrigações Sociais		18.585	-	-	-	-	18.585
Obrigações Fiscais		40.901	832	-	-	-	41.733
Outros Passivos		24.306	242	242	242	546	25.578
Total		153.960	8.484	4.900	3.576	5.702	176.622

Consolidado							
Instrumentos	Taxa de juros	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Finame	2,92% a 10,5%	2.499	2.109	1.247	1.111	3.450	10.416
FCO	9,5% a 10%	5.862	5.533	5.704	4.890	1.563	23.552
Financiamentos	2,41% a 3,34%	3.577	3.551	3.323	2.245	1.194	13.890
Capital de Giro	3,13% a 9,91%	13.611	15.956	16.430	16.571	12.071	74.639
Arrendamentos	4,12% a 5,54%	13.157	16.178	13.358	10.984	16.051	69.728
Fornecedores		116.639	-	-	-	-	116.639
Obrigações Sociais		20.644	-	-	-	-	20.644
Obrigações Fiscais		42.793	832	-	-	-	43.625
Outros Passivos		24.879	242	242	242	546	26.151
Total		243.661	44.401	40.304	36.043	34.875	399.284

31. COMPROMISSOS

A Companhia estabelece compromissos diversos no curso normal de suas atividades. A seguir, estão apresentados aqueles que merecem destaque nas presentes demonstrações financeiras:

a) Contratos de aquisição de cana-de-açúcar

A Companhia firmou contratos de aquisição de cana-de-açúcar produzida pelas partes relacionadas Vale do Xingu e Condomínio GMFO e por terceiros, por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos têm vigência, em sua maioria, de cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano.

Os valores a serem desembolsados em virtude dessas operações serão determinados a cada mês de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelos modelos definidos em cada contrato, que podem ser em sua maioria classificados da seguinte forma:

- **ATR fixo:** modelo em que se acorda preliminarmente a quantidade de quilos de ATR por tonelada de cana-de-açúcar produzida, a qual é valorizada de acordo com o valor do ATR divulgado pelo CONSECANA.

As toneladas de cana-de-açúcar, relacionadas aos contratos vigentes, são estimadas da seguinte forma:

Ano	Toneladas		
	Partes relacionadas	Terceiros	Total
2023	368.055	106.772	474.827
2024	299.367	91.523	390.891
2025	197.908	64.887	262.793
2026	131.374	43.232	174.606
2027	60.433	19.662	80.095

b) Contratos de parceria agrícola

A controlada Vale do Xingu firmou contratos plurianuais de parceria agrícola, para cultivo de cana-de-açúcar em propriedades de terceiros, no total de 3.579 ha (2.378 ha em 2021). Referidos contratos têm vigência, em sua maioria, em cinco anos, renováveis, quando for o caso, por mais um ano. A remuneração desses contratos será mediante a entrega de 25% da produção ao parceiro outorgante, estimadas da seguinte forma:

Ano	Toneladas
2023	77.032
2024	67.165
2025	53.403
2026	43.057
2027	19.511

c) Venda de soja

A controlada Centro da Mata firmou contratos de venda de soja com alguns clientes, com entrega prevista para os meses de janeiro a março de 2023, os quais totalizam 245 mil (331 mil em 2021) sacas de soja, negociadas ao preço médio de R\$146,47/saca (R\$127,60/saca em 2021), representando, portanto, uma receita de R\$35.845 (R\$42.236 em 2021).

32. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Apesar de não ser obrigada a divulgar e atendendo a uma solicitação do seu Conselho de Administração, por meio da Reunião Ordinária realizada em 15 de abril de 2016, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento, que requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em “Segmento 1” (cachaça, outras bebidas alcoólicas e exploração de cultura de cana-de-açúcar) e “Segmento 2” (produção agrícola de grãos).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as informações por segmentos dessas unidades de negócios são como segue:

Balancos patrimoniais por segmentos

ATIVO	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	87.018	7.723	94.741	65.407	10.055	75.462
Aplicações financeiras	34.299		34.299	16		16
Contas a receber de clientes	127.526	114	127.640	109.091	1	109.092
Estoques	182.609	22.762	205.371	134.907	15.713	150.620
Impostos e contribuições a recuperar	24.259	447	24.706	10.052	305	10.357
Ativos biológicos	12.012	51.737	63.749	12.764	50.414	63.178
Outras contas a receber	8.324	2.375	10.699	6.579	3.732	10.311
Total do ativo circulante	476.047	85.158	561.205	338.816	80.220	419.036
NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo:						
Impostos e contribuições a recuperar	37.413		37.413	132.866		132.866
Depósitos judiciais	51.629	15	51.644	47.468	14	47.482
Partes relacionadas	10.189		414	13.616		9.483
Estoques				2		2
Precatórios a receber	29.121		29.121	27.830		27.830
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.093		3.093			
Outras contas a receber	2.628	1.491	4.119	2.488	1.410	3.898
Investimentos em controladas	100.712			115.034		
Imobilizado	236.804	178.811	415.615	208.494	156.506	365.000
Direito de uso de ativos	67.796	237	68.033	54.458	366	54.824
Intangível	443	359	802	502	195	697
Total do ativo não circulante	539.828	180.913	610.254	602.758	158.491	642.082
TOTAL DO ATIVO	1.015.875	266.071	1.171.459	941.574	238.711	1.061.118

	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	5.158	20.391	25.549	3.063	15.414	18.477
Arrendamento a Pagar	13.065	92	13.157	9.133	194	9.327
Fornecedores	65.887	50.752	116.639	43.727	29.406	73.133
Obrigações sociais	19.524	1.120	20.644	18.438	1.358	19.796
Obrigações fiscais	42.602	191	42.793	34.630	102	34.732
Impostos parcelados	242		242			
Partes relacionadas	14.085		14.085	40.527		40.527
Outras contas a pagar	10.425	127	10.552	11.859	4	11.863
Total do passivo circulante	170.988	72.673	243.661	161.377	46.478	207.855
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	31.122	65.826	96.948	4.947	48.567	53.514
Arrendamento a Pagar	55.543	49	55.592	45.580	125	45.705
Obrigações fiscais	832		832	2.969		2.969
Impostos parcelados	1.272		1.272			
Partes relacionadas		9.775			4.133	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.673	17.025	53.698	49.928	24.368	74.296
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.060	11	4.071	5.242	6	5.248
Outras contas a pagar	2.869		2.869	4.984		4.984
Total do passivo não circulante	132.371	92.686	215.282	113.650	77.199	186.716
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	380.377	68.383	380.377	269.865	68.383	269.865
Ações em tesouraria	(1)		(1)	(1)		(1)
Reserva para incentivos fiscais	10.291		10.291	8.192		8.192
Ajuste de avaliação patrimonial	83.791	47.549	83.791	85.176	47.561	85.176
Reservas de lucros	78.955		78.955	75.953		75.953
Prejuízos acumulados		(15.220)			(910)	
Lucros à disposição da Assembleia	159.103		159.103	227.362		227.362
Total do patrimônio líquido	712.516	100.712	712.516	666.547	115.034	666.547
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.015.875	266.071	1.171.459	941.574	238.711	1.061.118

Demonstrações do resultado por segmentos

	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	751.120	72.697	823.817	588.031	63.862	651.893
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERV.PRESTADOS	(472.582)	(62.134)	(534.716)	(379.604)	(45.188)	(424.792)
VARIAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS ATIVOS BIOLÓGICOS	(11.932)	(17.678)	(29.610)	5.135	5.711	10.846
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	266.606	(7.115)	259.491	213.562	24.385	237.947
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Resultado de equivalência patrimonial	(14.322)			8.652		
Com vendas	(129.193)		(129.193)	(102.199)		(102.199)
Gerais e administrativas	(61.048)	(6.483)	(67.531)	(67.575)	(5.519)	(73.094)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(577)	(347)	(924)	131.950	(262)	131.688
	(205.140)	(6.830)	(197.648)	(29.172)	(5.781)	(43.605)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	61.466	(13.945)	61.843	184.390	18.604	194.342
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	25.794	6.966	32.760	12.627	1.106	13.733
Despesas financeiras	(8.651)	(14.685)	(23.336)	(2.638)	(6.560)	(9.198)
	17.143	(7.719)	9.424	9.989	(5.454)	4.535
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	78.609	(21.664)	71.267	194.379	13.150	198.877
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	(34.906)		(34.906)	(6.811)		(6.811)
Diferidos	16.351	7.342	23.693	(19.982)	(4.498)	(24.480)
	(18.555)	7.342	(11.213)	(26.793)	(4.498)	(31.291)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	60.054	(14.322)	60.054	167.586	8.652	167.586

Demonstrações de fluxo de caixa por segmentos

	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	60.054	(14.322)	60.054	167.586	8.652	167.586
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:						
Provisão de imposto de renda e contribuição social	18.555	(7.342)	11.213	26.793	4.498	31.291
Resultado na avaliação de ativos biológicos	11.932	17.678	29.610	(5.135)	(5.711)	(10.846)
Participação em sociedades controladas	14.322			(8.652)		
Depreciação e amortização de bens	38.773	3.196	41.969	27.824	2.673	30.497
Estorno de provisão para perdas no imobilizado	(1)	(27)	(28)	(86)	(27)	(113)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.616)		(2.616)	735		735
Provisão para obsolescência dos estoques	(677)	69	(608)	608	(145)	463
Provisão para benefícios a funcionários	8.921	109	9.030	8.805	242	9.047
Provisão para perdas operacionais	942		942	(799)		(799)
Resultado da venda dos ativos biológicos	10.641	53.246	63.887	4.786	38.469	43.255
Resultado na venda de ativo permanente	240	(18)	222	2.059	(62)	1.997
Baixa de arrendamento	(6.134)		(6.134)	(1.652)		(1.652)
Juros e variação monetária sobre ativos monetários	(21.057)	6.901	(14.156)	(8.375)	(35)	(8.410)
Juros apropriados sobre passivos monetários	12.019	(2)	12.017	1.505	5.022	6.527
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(90)		(90)	(1.254)		(1.254)
Ajuste a valor presente sobre provisão para restauração ambiental	32		32	49		49
Recuperação de crédito com acionistas				(8.327)		(8.327)
Ganho em recuperação de créditos tributários				(140.789)		(140.789)
	145.856	59.488	205.344	65.681	53.576	119.257

	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
Variações nos ativos e passivos circulantes e de longo prazo:						
Contas a receber de clientes	(15.818)	(113)	(15.931)	(36.580)	40	(36.540)
Estoques	(47.024)	(7.315)	(54.339)	(24.024)	(6.215)	(30.239)
Impostos a recuperar	87.920	(142)	87.778	4.852	(13)	4.839
Depósitos judiciais	231	5	236	553		553
Outras contas a receber	(2.131)	1.276	(855)	(2.025)	2.192	167
Ativo biológico	(21.821)	(72.050)	(93.871)	(9.252)	(48.556)	(57.808)
Fornecedores	22.161	21.346	43.507	10.278	11.155	21.433
Obrigações sociais	(7.835)	(347)	(8.182)	(6.613)	255	(6.358)
Obrigações fiscais	(9.116)	89	(9.027)	34.769	44	34.813
Partes relacionadas	(5.000)			(4.000)		
Outros passivos	(5.640)	124	(5.516)	6.587	(99)	6.488
Juros pagos sobre empréstimos	(3.235)	(4.084)	(7.319)	(1.283)	(3.205)	(4.488)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.836)		(21.836)	(20.718)		(20.718)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	<u>116.712</u>	<u>(1.723)</u>	<u>119.989</u>	<u>18.225</u>	<u>9.174</u>	<u>31.399</u>

	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aplicações financeiras	(34.284)		(34.284)	29	103	132
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(47.517)	(24.888)	(72.405)	(29.914)	(14.489)	(44.403)
Aquisição de intangível	(100)	(227)	(327)	(365)	(208)	(573)
Recebimentos pela venda de bens do ativo imobilizado	400	20	420	3.861	62	3.923
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(81.501)</u>	<u>(25.095)</u>	<u>(106.596)</u>	<u>(26.389)</u>	<u>(14.532)</u>	<u>(40.921)</u>

	2022			2021		
	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado	Segmento 1	Segmento 2	Consolidado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Recebimentos de (pagamentos a) partes relacionadas, líquidos	2.310		2.310	8.814		8.814
Mútuo com partes relacionadas		5.000			4.000	
Ingresso de novos empréstimos e financiamentos	20.000	33.290	53.290		14.461	14.461
Pagamentos de financiamentos	(3.193)	(13.601)	(16.794)	(1.718)	(13.328)	(15.046)
Pagamentos de passivos de arrendamento	(4.001)	(203)	(4.204)	(3.314)	(157)	(3.471)
Pagamentos de parcelamento de tributos	(134)		(134)			
Pagamento de dividendos	(28.582)		(28.582)	(13.197)		(13.197)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	(13.600)	24.486	5.886	(9.415)	4.976	(8.439)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES	21.611	(2.332)	19.279	(17.579)	(382)	(17.961)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	65.407	10.055	75.462	82.986	10.437	93.423
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>87.018</u>	<u>7.723</u>	<u>94.741</u>	<u>65.407</u>	<u>10.055</u>	<u>75.462</u>

As colunas denominadas Segmento 1 referem-se à combinação dos saldos das empresas: (a) Companhia Müller de Bebidas e (b) Vale do Xingu - Pecuária, Agricultura e Comércio Ltda.

As colunas denominadas Segmento 2 referem-se aos saldos da empresa Centro da Mata - Agricultura, Pecuária e Comércio Ltda.

Nas demonstrações financeiras combinadas (Segmento 1), o investimento na controlada Centro da Mata está avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para emissão e aprovadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2023.
